

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE NEGÓCIOS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE COOPERATIVAS
(PPGCOOP)
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE COOPERATIVAS

ALESSANDRA BELISARIO REALE COSTA

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: A RELAÇÃO ENTRE O VALOR
ADICIONADO E O DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO DAS
COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DO PARANÁ**

CURITIBA

2017

ALESSANDRA BELISARIO REALE COSTA

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: A RELAÇÃO ENTRE O VALOR
ADICIONADO E O DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO DAS
COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Cooperativas, Mestrado Profissional da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Gestão de Cooperativas.

Orientador: Prof. Dr. Vilmar Rodrigues
Moreira

CURITIBA

2017

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central

Costa, Alessandra Belisario Reale
C837d Demonstração do valor adicionado: a relação entre o valor adicionado e
2017 o desempenho econômico e financeiro das cooperativas agropecuárias do
Paraná / Alessandra Belisario Reale da Costa; orientador: Vilmar Rodrigues
Moreira. – 2017.
69 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
Curitiba, 2017
Bibliografia: f. 65-69

1. Cooperativas – Administração. 2. Cooperativismo. 3. Valor adicionado.
I. Moreira, Vilmar Rodrigues. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Cooperativas. III. Título.

CDD 20 ed. – 658.047

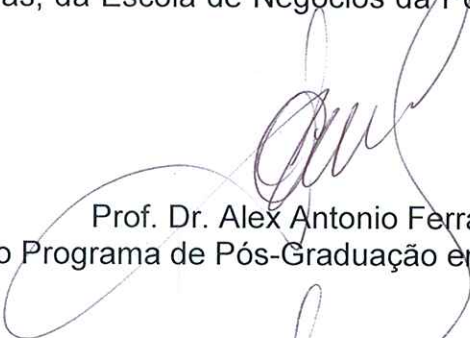
TERMO DE APROVAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: A RELAÇÃO ENTRE O VALOR ADICIONADO E O DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DO PARANÁ

Por

ALESSANDRA BELISARIO REALE COSTA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Cooperativas, área de concentração em Gestão de Cooperativas, da Escola de Negócios da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.



Prof. Dr. Alex Antonio Ferraresi
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Cooperativas



Prof. Dr. Vilmar Rodrigues Moreira
Orientador



Prof. Dr. June Alisson Westarb Cruz
Examinador



Prof. Dr. Rodrigo Alves Silva
Examinador

*Dedico todo o esforço dessa conquista ao meu
esposo Washington, que foi minha fonte de
inspiração.*

*E aos meus pais José Claudio e Maria Helena, que
abdicaram dos seus sonhos para acompanhar os
filhos em cada novo passo.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à Deus pela força, sabedoria e disposição durante esses anos.

Aos meus pais José Claudio e Maria Helena que me abençoaram em cada viagem. Aos meus irmãos Tiago, Rafael e minha cunhada Rafaeli pela torcida e apoio.

Ao meu esposo Washington Luiz da Costa pelo amparo e por não deixar que eu desistisse, dizendo sempre que eu sou capaz.

À minha coordenadora, Prof.^a Cácia Teixeira, ao Prof. Sílvio Teixeira, que deram todo o suporte, tanto na PUCPR Londrina, quanto na FORTCON para que eu pudesse concluir essa jornada. À equipe FORTCON que nas minhas ausências supriam todas as necessidades da empresa.

Ao meu orientador Prof. Dr. Vilmar Rodrigues Moreira pela confiança e paciência em ouvir os meus medos, principalmente pelos “puxões de orelha”, me fez ouvir, aprender e me superar. Muito obrigada.

Aos colegas da PUCPR Londrina Lilian Luci, Vinícius Inácio, André Gobette e Ângela Pelizer, por todo apoio e confiança na minha vitória.

Aos amigos e amigas que ganhei no Mestrado, cada um, com sua história fez com que o meu caminho até aqui fosse mais fácil. Em especial à Elton Freire, companheiro de estrada, e Natália Pellin, companheira de trajetória.

À PUCPR que fomentou e forneceu condições necessárias para que eu realizasse o Mestrado.

A todas as pessoas que até aqui me ajudaram, minha eterna gratidão.

Até aqui nos ajudou o Senhor!

*“Educação não transforma o mundo.
Educação muda pessoas.
Pessoas transformam o mundo”.*

Paulo Freire

RESUMO

Esse estudo baseou-se na importância das cooperativas agropecuárias para a economia do Estado do Paraná, na contribuição para o cenário econômico local onde estão inseridas, além de sua contribuição social. O valor adicionado é uma maneira de avaliar o desempenho econômico e social de uma organização e, é obtido na Demonstração do Valor Adicionado que é parte do Balanço Social. Nesse sentido buscou-se responder à questão de pesquisa: Qual a relação entre o valor adicionado e o desempenho econômico e financeiro das cooperativas agropecuárias do Estado do Paraná? Para isso buscou-se na literatura metodologias de apuração do valor adicionado adequado às cooperativas e indicadores de desempenho econômico e financeiro que refletem a realidade das cooperativas. Essas organizações por não visarem lucros, e sim a maximização dos resultados para os cooperados, têm características distintas das sociedades de capital. Logo após buscou-se apurar o valor adicionado e os indicadores de desempenho econômico e financeiro com base nos dados dos Balanços Patrimoniais e Demonstração de Sobras e Perdas para as 64 cooperativas agropecuárias do Estado do Paraná, no período de 2011 a 2015, além de incluir a quantidade de cooperados ativos como variável para a análise. Os dados levantados foram analisados por meio da técnica de regressão linear múltipla, que após os testes de normalidade resultou em uma amostra com 267 observações. Os resultados evidenciam que as vendas líquidas contribuem para o aumento do valor adicionado, pois está inserida nas variáveis margem bruta, margem operacional e giro do ativo. A quantidade de cooperados ativos tem forte influência no crescimento do valor adicionado. Entretanto, notou-se que variável com maior influência positiva foi a margem operacional, que se diferencia das demais variáveis em função das despesas operacionais. Ou seja, a cooperativa deve buscar estratégias de redução dessas despesas, para aumentar o valor adicionado por ela. Evidencia assim, para a comunidade, a riqueza gerada pela cooperativa e que pode ser convertida em benefícios para o cooperado e para a sociedade.

Palavras-chave: Cooperativismo. Gestão de cooperativas. Valor Adicionado. Indicadores econômico-financeiros.

ABSTRACT

This study was based on the importance of agricultural cooperatives for the economy of the State of Paraná, in the contribution to the local economic environment where they are inserted, in addition to your social contribution. The value added is a way of assessing the economic and social performance of an organization and, is obtained in the Added Value Demonstration that is part of the Social Balance. In this sense was sought answer the question: what are the relationship between the value added and the economic and financial performance of agricultural cooperatives in the State of Paraná? For that was sought int the literature methods of clearance of the value added the cooperatives and economic and financial performance indicators the reflect the cooperatives reality. These organizations for not targeting profits, and yes the maximization of the results for the coworkers, has a distinctive features of capital societies. Shortly after was seek ascertain the Added Value and the indicators of economic and financial performance as based on the Balance Sheet Data and Demonstrations of Leftovers and Losses to 64 agro cooperatives of State os Paraná, in 2011 and 2015 period, in addition to include the amount of active coworkers as variable for analysis. The data was analyzed through the multiple linear regression technique, that after the normality tests resulted in a sample of 267 observations. The results show that net sales contribute to increased the added value, because it is inserted into the variables gross margin, operational margin and rotating of the asset. The amount of active coworkers has a strong influence on the growth of the added value. However, it was noted that the variable of the greater positive influence was the operational margin, differentiated from other variables in the light of operational expenditure. Therefore, the cooperative should seek strategies to reducing expenditure, to increase the value added in it. Demonstrating, for the community, the wealth generated by the cooperative and which can be converted into benefits for the coworkers and society.

Keywords: Cooperativism, Cooperative Management, Added Value, Economic-Financial indicators

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Codificação das Cooperativas Agropecuárias.....	42
Figura 2: Etapas do processo identificação da relação entre o valor adicionado e desempenho econômico-financeiro das cooperativas paranaenses.	43
Equação 1 – Valor Adicionado por formação.	44
Equação 2 – Valor Adicionado pela distribuição.	44
Equação 3 – Modelo de Regressão múltipla.....	46
Gráfico 1: Relação entre receita total e cooperados ativos por região	50
Gráfico 2: Gráfico de dispersão entre os resíduos padronizados e os valores previstos	57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Princípios Cooperativista e significados	22
Quadro 2: Principais aspectos revelados pelos índices financeiros	25
Quadro 3: Classificação de Indicador por Fatores	33
Quadro 4: Indicadores por categoria e critério	34
Quadro 5: Modelo de Demonstração do Valor Adicionado para empresas em geral	36
Quadro 6: Modelo de Demonstração do Valor Adicionado para as sociedades cooperativas	38
Quadro 7: Fórmulas de cálculos do desempenho econômico-financeiro utilizados nas pesquisas com cooperativas citadas	45
Quadro 8: Índices utilizados em pesquisas sobre desempenho econômico-financeiro em cooperativas agropecuárias	46
Quadro 9: Resumo das variáveis	54
Quadro 10: Tolerância e VIF	56
Quadro 11: Teste de normalidade	56
Quadro 12: ANOVA	57
Quadro 13: Resumo do modelo Proposto	58
Quadro 14: Resultado da regressão linear múltipla	58
Quadro 15: Variação do QCA	61
Quadro 16: Resumo do resultado da regressão	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantidades de cooperativas do Paraná por ramo	18
Tabela 2: Resumo por Região das Cooperativas em 2015.....	49
Tabela 3: Estatística descritiva das variáveis do estudo	51
Tabela 4: Matriz de Correlação das variáveis do estudo.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACARPA	Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CT	Capital de Terceiros / Capital Próprio
DAC	Departamento de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná
DSP	Demonstração de Sobras e Perdas
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
EL	Endividamento a Longo Prazo
Emater	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
GA	Giro do Ativo
GE	Grau de Endividamento
ICA	Aliança Cooperativa Internacional
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JCP	Juros do Capital Próprio
LC	Liquidez Corrente
LG	Liquidez Geral
LOG_QCA	Logaritmo base 10 da Quantidade de Cooperados Ativos
LOG_VAD	Logaritmo base 10 do Valor Adicionado
LS	Liquidez Seca
MB	Margem Bruta
ML	Margem Líquida
MO	Margem Operacional
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
OCB	Organização das Cooperativas no Brasil
OCEPAR	Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
PIB	Produto Interno Bruto
QCA	Quantidade de Cooperados Ativos
RA	Retorno sobre o Ativo
RP	Retorno sobre o Patrimônio
TG	Técnica Geral
VAD	Valor Adicionado

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	OBJETIVOS	14
1.1.1	Objetivo Geral	14
1.1.2	Objetivos Específicos	14
1.2	JUSTIFICATIVAS	14
1.3	ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS.....	17
2	REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1	HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO.....	19
2.1.1	Cooperativas Agropecuárias	21
2.2	DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	22
2.2.1	Indicadores Econômicos e Financeiros	24
2.2.2	Avaliação de desempenho em cooperativas agropecuárias	30
2.3	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	32
3	METODOLOGIA	38
3.1	ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA PESQUISA.....	38
3.2	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	38
3.3	COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS.....	39
3.4	DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS.....	41
3.5	REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA.....	44
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	46
4.1	ANÁLISE DESCRITIVA.....	46
4.2	RELAÇÃO ENTRE O VALOR ADICIONADO E O DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DO PARANÁ.....	50
4.3	IMPLICAÇÕES GERENCIAIS DOS RESULTADOS OBTIDOS NA ANÁLISE	61
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
	REFERÊNCIAS	65

1 INTRODUÇÃO

O agronegócio desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da economia brasileira, promovendo a criação de empregos, apoiando positivamente a balança comercial com a força e magnitude de suas exportações e influenciando substancialmente na composição do Produto Interno Bruto do país (MOREIRA; KURESKI; VEIGA, 2016).

Segundo informações da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2017) o papel da cooperativa no agronegócio é de receber, comercializar, armazenar e industrializar a produção dos cooperados, e ainda fornecer assistência técnica, educacional e social aos cooperados e a comunidade que está inserida.

O Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio no Brasil teve crescimento de 14,9% no segundo trimestre de 2017, em comparação com o mesmo período de 2016, conforme pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e representa 44,9% do total de exportações. O país é atualmente o maior produtor mundial de cana de açúcar, laranja, tabaco e café (OCEPAR, 2017).

Ainda segundo dados da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR, 2017), o Estado do Paraná é pioneiro no cooperativismo agropecuário, quando em 1847 houve a fundação da primeira cooperativa agropecuária do país. Atualmente o cooperativismo representa quase 56% da economia agrícola do Estado sendo, em muitos municípios a mais importante empresa econômica, maior geradora de empregos e de receitas.

Em 2016, o cooperativismo agropecuário no Paraná conta com aproximadamente 147 mil cooperados ativos distribuídos em 57 cooperativas singulares, além de 7 cooperativas centrais compostas pela união de algumas cooperativas singulares. Todas essas cooperativas, de acordo com dados da OCEPAR (2017), faturaram em 2016 aproximadamente 71,6 bilhões de reais, e o órgão traçou como meta uma receita de 100 bilhões até 2020 para o ramo, baseando-se na média de crescimento dos últimos 10 anos que foi de 14,4% ao ano.

Assim como qualquer empresa de capital, as sociedades cooperativas podem enfrentar dificuldades de sobrevivência no mercado. Esse fator pode estar relacionado com o crescimento econômico acelerado, o que coloca as organizações

melhor constituídas à frente de seus concorrentes (WEBER; MORGAN; WINCK, 2016).

De acordo com Ferreira e Braga (2004), as organizações cooperativas não devem apenas sobreviver neste mercado competitivo, mas precisam buscar reconhecimento e aumentar a representatividade de mercado. Esses mesmos autores ainda destacam que uma das atitudes essenciais seria a busca por estratégias competitivas para poder destacar-se no mercado onde estão inseridas.

Quanto mais uma cooperativa agropecuária se desenvolve e se evidencia no mercado, maior será a exigência por desempenho, tanto por parte da própria entidade, como dos cooperados para se manter competitiva e sobreviver (GIMENES et.al, 2007).

Diante disso, uma das formas de avaliar o desempenho das cooperativas agropecuárias seria a utilização de ferramentas contábeis. Ludícubus (2010, p. 4) descreve como objetivo primordial da contabilidade “o fornecimento de informações financeiras para os vários usuários, de forma que propiciem decisões racionais”. Ainda Lopes e Martins (2005) apontam a importância da informação contábil, pois está relacionada com a capacidade que a Contabilidade demonstra de apresentar a realidade financeira de uma empresa, tornando possível projetar fluxos financeiros futuros.

As cooperativas agropecuárias têm na contabilidade uma ferramenta importante. Dela podem extrair informações ao longo do tempo sobre seu desempenho econômico e financeiro, e assim tomar decisões para melhorar esse desempenho no futuro.

Porém as cooperativas apresentam características diferentes das demais empresas de capital, principalmente pelo fato delas serem entidades que não visam lucros. Bialoskorski Neto (2012) ressalta que até poderá haver “lucro” para o cooperado, mas que para a sociedade cooperativa em si não há a existência do “lucro”. Os resultados econômicos podem ser distribuídos proporcionalmente ao cooperado, em cada operação, uma vez que este é ao mesmo tempo usuário e proprietário do negócio.

O cooperado é representado na sociedade cooperativa na figura de usuário, de beneficiário e de proprietário. E em outras palavras, ele é tanto o cliente, como o fornecedor de produtos e serviços, e o sócio. Então o cooperado é parte integrante

do capital próprio, na qualidade de proprietário e do capital de terceiros na qualidade de fornecedor.

Nesse contexto, para o cooperado ter acesso a distribuição do valor adicionado pela cooperativa aos agentes socioeconômicos como empregados, governo, financiadores do capital próprio e do capital de terceiros, no qual os produtores estão inseridos diretamente, temos o relatório contábil denominado Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Luca (2009) e Cunha, Ribeiro e Santos (2005) conceituam a Demonstração de Valor Adicionado (DVA) como um conjunto de informações de natureza econômica. É um relatório contábil que visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração. Cruz, Andrich e Mugnaini (2012) descrevem que, de forma simplificada, esta tem por objetivo demonstrar o valor agregado pela empresa em determinado período.

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade aprovada pela Resolução CFC 1.138/2008, na qual instituiu a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), seu objetivo principal é o de proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas ao valor adicionado pela entidade em determinado período e a forma como são distribuídas. Este valor adicionado deverá ser composto por no mínimo: pessoal e encargos; impostos, taxas e contribuições; juros e aluguéis; juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos; lucros retidos/prejuízos do exercício.

Nas cooperativas a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é parte integrante do Balanço Social. Consenza (2003) expõe que essa demonstração tem por objetivo a evidenciação do papel social das empresas, apresentando de maneira clara a riqueza gerada para que toda a sociedade conheça sua função positiva na criação de valor para a comunidade.

Observando a importância do cooperativismo agropecuário para o Estado do Paraná e a função social dessas cooperativas perante a sociedade, e que ainda assim precisa agregar valor ao produtor cooperado, este estudo buscou responder a seguinte questão:

Qual a relação entre o valor adicionado e o desempenho econômico e financeiro das cooperativas agropecuárias do Estado do Paraná?

1.1 OBJETIVOS

Na visão de Sampieri, Collado e Lucio (2006), os objetivos indicados em uma pesquisa devem ser expressos com clareza, já que busca-se evitar possíveis desvios no processo de pesquisa. A presente dissertação busca contribuir com as pesquisas sobre o desempenho das cooperativas agropecuárias. Nessa seção são descritos o objetivo geral e específicos dessa pesquisa de forma a resumir o que se pretende atingir com o desenvolvimento desse trabalho.

1.1.1 Objetivo Geral

O presente trabalho teve como objetivo geral: identificar nas cooperativas agropecuárias do Estado do Paraná a relação entre o valor adicionado e o desempenho econômico e financeiro.

1.1.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos do trabalho são:

- a) Analisar os modelos existentes de mensuração do valor adicionado, que se adeque às necessidades das cooperativas agropecuárias;
- b) Estimar o valor adicionado das cooperativas agropecuárias no Paraná, com base nas informações contábeis;
- c) Verificar os indicadores econômicos e financeiros presentes na literatura e indicar quais são relevantes para a avaliação de desempenho das cooperativas agropecuárias;
- d) Identificar a relação entre o valor adicionado e o desempenho econômico e financeiro das cooperativas agropecuárias no Paraná.

1.2 JUSTIFICATIVAS

A fim de demonstrar a significância da escolha do tema e do desenvolvimento do estudo, buscaram-se justificativas teóricas e práticas para fundamentá-lo, as quais se apresentam na sequência.

No campo teórico, o trabalho busca ampliar o conhecimento sobre o desempenho econômico e financeiro das cooperativas agropecuárias. A escolha do

tema se deu a partir da observação do impacto que a gestão de uma cooperativa gera para o cooperado. Nesse sentido os indicadores de desempenho podem ser utilizados como ferramenta de gestão, e assim buscar tomada de decisões futuras mais eficientes.

Dentre as ferramentas de gestão disponíveis há os indicadores econômicos e financeiros, cuja finalidade é permitir ao analista verificar tendências e compará-las com padrões pré-estabelecidos. Esses indicadores demonstram o ocorrido ao longo do tempo e fornece base para a tomada de decisões na gestão para o futuro (IUDÍCIBUS, 2014).

Os indicadores de desempenho econômico e financeiro têm sido uma ferramenta muito utilizada para mensurar a situação de empresas e também de cooperativas, tanto pelos administradores quanto por instituições financeiras, fornecedores, órgãos de representação como a OCEPAR e por todos os interessados.

Destaca-se que entre os estudos sobre o desempenho econômico e financeiro das cooperativas agropecuárias podemos citar Carvalho (2008), Pinto (2014) e Lauer mann (2016), que trataram sobre os indicadores mais adequados para cooperativas agropecuárias. E ainda podemos destacar Londero (2015) que trata sobre o valor adicionado como instrumento de evidenciação do impacto econômico e social das cooperativas agropecuárias.

No campo prático, espera-se que os resultados encontrados deem suporte aos administradores das cooperativas agropecuárias, na compreensão da situação econômica e financeira e no impacto que isso causa no valor adicionado.

O Estado do Paraná viu seus primeiros movimentos de cooperação em meados de 1829 com a chegada de imigrantes alemães que traziam valores cooperativistas e já estruturaram a vida comunitária distribuindo as atividades entre si. Em 1925 colônias de imigrantes holandeses instaladas na região de Carambeí, constituíram uma sociedade cooperativa de laticínios considerada exemplar (OCEPAR, 2017).

Porém foi só a partir de 1969 que o movimento cooperativista no Paraná ganhou impulso, com a implantação de projetos de integração para reestruturar a forma de atuação das cooperativas, tendo como parceiros órgãos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Departamento de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná (DAC) e a

Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (Acarpa) conhecido hoje como Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater). A OCEPAR nasceu em 1971, no decorrer desses projetos e veio dar apoio à sua execução (OCEPAR, 2017).

Esse processo teve uma importância fundamental para a participação efetiva das cooperativas na economia, pois deu início à agro industrialização. Ou seja, com a produção agrícola organizada, as cooperativas puderam se preocupar com seu complexo agroindustrial, e assim agregar valor à produção para ampliar as opções de negócios, deixando de ser mera intermediárias na negociação de matéria prima às indústrias (LAUERMANN; MOREIRA; SOUZA, 2014).

De acordo com dados da OCEPAR (2017), no Paraná totalizam 222 cooperativas dos ramos: agropecuário, consumo, crédito, educação, habitação, infraestrutura, saúde, trabalho, transporte e turismo. Desses, o agropecuário tem maior representação, contando atualmente com 69 cooperativas que correspondem a 31% do total, conforme demonstra tabela 1:

Tabela 1: Quantidades de cooperativas do Paraná por ramo

RAMO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Agropecuário	69	31,1%
Consumo	1	0,5%
Crédito	56	25,2%
Educacional	11	5,0%
Habitacional	2	0,9%
Infraestrutura	9	4,1%
Saúde	33	14,9%
Trabalho	8	3,6%
Transporte	31	14,0%
Turismo	2	0,9%
TOTAL	222	100,0%

Fonte: Elaborado pela autora, com base OCEPAR, 2017.

O cooperativismo agropecuário paranaense contava no ano de 2015 com 147.331 cooperados ativos e empregava 71.097 funcionários. A receita total apurada no encerramento do ano calendário 2015 ultrapassou 50 bilhões de reais.

Bialoskorski Neto (2012) descreve que as sociedades cooperativas tendem a surgir quando há escassez de capital, e na atividade agrícola essa situação mostra-

se bastante comum. Em um mercado competitivo é preciso unir-se para realizar as compras de insumos, armazenar e processar a produção.

O autor descreve as cooperativas como entidades sem fins lucrativos, pois tais sociedades não buscam a maximização de seus lucros (sobras) como as demais sociedades de capital. A estratégia das cooperativas agropecuárias consiste em aumentar o bem-estar do cooperado, auxiliando na compra de insumos pelo menor valor e na venda de sua produção pelo valor maior.

Com base no exposto, utilizar somente o modelo tradicional de análise de desempenho em uma cooperativa agropecuária pode não ser o mais adequado. Isso pode ocorrer devido a problemas em sua estrutura, como a consideração apenas da dimensão financeira e não de aspectos de organização do quadro social como sendo relevante ao desempenho (BIALOSKORSKI NETO; BAGANO; MORAES, 2006).

Uma opção para analisar o desempenho econômico e social das cooperativas agropecuárias seria o valor adicionado por elas, pois consiste no valor econômico agregado aos bens e serviços adquiridos, ou seja, ao valor que é agregado ao produto ou serviço (TINOCO, 2010. p.44).

Portanto, o presente trabalho se justifica pela necessidade de uma mensuração adequada do desempenho econômico e financeiro das cooperativas agropecuárias do Estado do Paraná e pela importância dessas sociedades aos produtores rurais, pois agregam valor a produção e gera riqueza aos cooperados.

1.3 ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS

A dissertação encontra-se estruturada em 5 capítulos de forma a contextualizar o leitor com o objeto de estudo. Sendo assim, os capítulos estão divididos conforme segue:

- **Capítulo 1:** refere-se à introdução, onde encontra-se a contextualização do tema e apresenta a importância do estudo, problema de pesquisa e objetivos de pesquisa, além da justificativa e uma breve descrição da organização do trabalho;

- **Capítulo 2:** refere-se à fundamentação teórica acerca do tema proposto, enfocando um resumo da literatura disponível sobre o histórico do cooperativismo e as cooperativas agropecuárias; posteriormente tem-se algumas considerações sobre o desempenho econômico-financeiro e a avaliação de desempenho das cooperativas agropecuárias; e por fim traz algumas considerações sobre a Demonstração do Valor Adicionado.
- **Capítulo 3:** O capítulo está estruturado em cinco seções da seguinte forma: a primeira mostra a área de abrangência que será realizada a pesquisa; a segunda trata da caracterização da pesquisa; a terceira refere-se à coleta e tratamento dos dados; a quarta traz a definição das variáveis e a quinta refere-se a regressão linear múltipla utilizada na pesquisa.
- **Capítulo 4:** diz respeito à apresentação e à análise dos resultados.
- **Capítulo 5:** trata das considerações finais e das recomendações para a realização de trabalhos futuros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A finalidade desse tópico é desenvolver uma base conceitual sobre o tema de estudo, com foco na gestão de cooperativas agropecuárias. Para atender a tal finalidade primeiramente conceitua-se o histórico do cooperativismo e do cooperativismo agropecuário; em seguida descreve-se sobre o desempenho econômico-financeiro e, por fim, sobre a Demonstração do Valor Adicionado.

2.1 HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO

Etimologicamente o verbo cooperar tem origem latina no termo *cooperari* (cum e operari) que significa trabalhar juntamente com alguém. Conseqüentemente, cooperação constitui ação conjunta com vista ao mesmo objetivo. Já o cooperativismo significa um tipo de sistema, doutrina ou ideologia. E, por fim, a cooperativa seria uma entidade onde as pessoas cooperam objetivando o mesmo fim (PINHO apud COSTA, 2008).

O cooperativismo e cooperação entre as pessoas estão presentes na história da sociedade desde seus princípios. Registros demonstram sobre a cooperação desde a pré-história da civilização, em tribos indígenas e nos povos babilônios, conforme descreve Bialoskorski Neto (2012).

Alguns autores como Bialoskorski Neto (2012), Costa (2008) e Gonçalves (2003) descrevem como precursor do cooperativismo moderno Robert Owen (1771-1858), um rico industrial que afirmava que o homem é resultado do meio social, que para modificá-lo seria necessário modificar o meio. Owen reduziu a carga de trabalho de seus operários, proibiu o trabalho infantil, criou escolas e refeitórios, melhorando assim a vida de seu proletário.

Aponta Bialoskorski Neto (2012), como fato que deu início ao movimento cooperativista mundial nos moldes que conhecemos, quando em outubro de 1844 um grupo de pobres tecelões fundaram uma cooperativa de consumo denominada *Rochdale Society of Equitable Pionneers*. A doutrina estatutária desses pioneiros serve de base para toda organização cooperativa até os dias atuais, inclusive vem sendo adotada pela Aliança Cooperativa Internacional.

Os princípios cooperativistas ainda são baseados na doutrina dos pioneiros de Rochdale que estabelecia a adesão voluntária e livre, a gestão democrática,

participação econômica dos membros, a educação, formação e informação, a autonomia e independência, o interesse pela comunidade e a intercooperação. No quadro 1 serão demonstrados os princípios do cooperativismo e seus respectivos significados.

Quadro 1: Princípios Cooperativista e significados

Princípio	Significado
Adesão Voluntária e Livre	As cooperativas são abertas para todas as pessoas que queiram participar, estejam alinhadas ao seu objetivo econômico, e dispostas a assumir suas responsabilidades como membro. Não existe qualquer discriminação por sexo, raça, classe, crença ou ideologia.
Gestão Democrática	As cooperativas são organizações democráticas controladas por todos os seus membros, que participam ativamente na formulação de suas políticas e na tomada de decisões. Os representantes oficiais são eleitos por todo o grupo.
Participação Econômica dos Membros	Em uma cooperativa, os membros contribuem equitativamente para o capital da organização. Parte do montante é, normalmente, propriedade comum da cooperativa, e os membros recebem remuneração limitada ao capital integralizado, quando há. Os excedentes da cooperativa podem ser destinados às seguintes finalidades: benefícios aos membros, apoio a outras atividades aprovadas pelos cooperados ou para o desenvolvimento da própria cooperativa. Tudo sempre decidido democraticamente.
Educação, Formação e Informação	Ser cooperativista é se comprometer com o futuro dos cooperados, do movimento e das comunidades. As cooperativas promovem a educação e a formação para que seus membros e trabalhadores possam contribuir para o desenvolvimento dos negócios e, conseqüentemente, dos lugares onde estão presentes. Além disso, oferecem informações para o público em geral, especialmente jovens, sobre a natureza e vantagens do cooperativismo
Autonomia e Independência	As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas por seus membros, e nada deve mudar isso. Se uma cooperativa firmar acordos com outras organizações, públicas ou privadas, deve fazer em condições de assegurar o controle democrático pelos membros e a sua autonomia.
Interesse Pela Comunidade	Contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades é algo natural ao cooperativismo. As cooperativas fazem isso por meio de políticas aprovadas pelos membros
Intercooperação	Cooperativismo é trabalhar em conjunto. É assim, atuando juntas, que as cooperativas dão mais força ao movimento e servem de forma mais eficaz aos cooperados. Sejam unidas em estruturas locais, regionais, nacionais ou até mesmo internacionais, o objetivo é sempre se juntar em torno de um bem comum.

Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), 2017

No Brasil, conforme relatos da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a cultura de cooperação surge desde a época da colonização portuguesa.

No final do século 19, com o estímulo de profissionais liberais, operários, militares e funcionários públicos, surge o Movimento Cooperativista Brasileiro.

A primeira cooperativa que se tem registro oficialmente no Brasil foi a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, uma cooperativa de consumo registrada em Minas Gerais no ano de 1889 (OCB, 2017).

A partir de 1906 começaram a surgir as cooperativas de meio rural, idealizadas por produtores agropecuários, na grande maioria de origem alemã e italiana, que trouxeram bagagem cultural, experiências com trabalho associativo e atividades familiares comunitárias.

A Aliança Cooperativa Internacional (ICA) conceitua cooperativa como uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer suas necessidades econômicas, sociais e culturais, através de uma empresa cuja propriedade é de todos e democraticamente gerida, tendo como base valores de autoajuda, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade.

De acordo com a Lei 5.764/71 cooperativas é uma sociedade formada por, no mínimo 20 pessoas físicas, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos seus associados.

Sendo assim, Bialoskorski Neto, Nagano e Moraes (2006) afirmam que cooperativas são consideradas sociedades civis sem fins lucrativos, mas com fins econômicos. Essas organizações podem não apresentar sobras positivas ao final do período, mas, estrategicamente, poderá oferecer um melhor preço ou melhor nível de serviço ao associado.

2.1.1 Cooperativas Agropecuárias

As cooperativas agropecuárias têm se destacado em diversos países, como por exemplo, na União Europeia mais de 50% da comercialização da produção agrícola são por cooperativas; no Japão elas representam 95% da produção de arroz e 90% da produção de peixe; nos Estados Unidos, as cooperativas comercializam mais de 30% de toda produção agrícola, e 14 cooperativas foram incluídas em 1995 entre as 500 maiores corporações, segundo a revista *Fortune* (PRESNO, 2001).

O movimento cooperativo do ramo agropecuário brasileiro iniciou-se no Paraná em 1847. Entretanto seu grande impulso ocorreu em 1907 com o

lançamento de um projeto cooperativista que eliminava os intermediários da produção agrícola.

Atualmente, o Paraná tem produzido arroz, feijão, carne, legumes, ovos, leite, café entre outros produtos em cooperativas. A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) afirma que, no prato da maioria dos brasileiros, tenha sempre um alimento produzido por uma cooperativa do ramo agropecuário (OCB, 2017).

De acordo ainda com dados da OCB, o ramo agropecuário no Brasil conta com 1.555 cooperativas, 1.016.606 cooperados e 188.777 funcionários em 2016. Enquanto no Paraná, conforme dados da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná OCEPAR são 64 cooperativas agropecuárias, com 153.311 cooperados e 71.107 funcionários no mesmo ano.

Esses dados demonstram o quão importante são as cooperativas agropecuárias para a economia do país e do mundo, pois agregam valor à produção do homem do campo e aumenta sua renda.

As cooperativas agropecuárias são compostas por produtores rurais em busca de melhores condições para a comercialização de sua produção e melhor preço na compra de produtos e insumos. Essa situação demonstra de um lado o cooperado buscando a maximização na prestação de seus serviços e do outro lado um mercado competitivo que exige da cooperativa estratégias agressivas para competir com as empresas de capital (GIMENES et al, 2007).

2.2 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Pode-se afirmar que surgiu as metodologias de análise das demonstrações contábeis ao mesmo tempo que surgiu a contabilidade. As formas de análise como temos atualmente, no entanto só aparece a partir do início do século XX (CRUZ; ANDRICH E MUGNAINI 2012).

A contabilidade surgiu como um instrumento de controle e de auxílio no processo decisório das empresas. No princípio as informações destinavam-se normalmente ao proprietário (HENDRIKSEN; BREDA 2009). Durante o processo de evolução passou a atender também outros usuários, tais como credores, funcionários, governo, entre outros. Pode-se afirmar que desde seu surgimento a

contabilidade tem servido para análise e avaliação de desempenho (CASA NOVA, 2002).

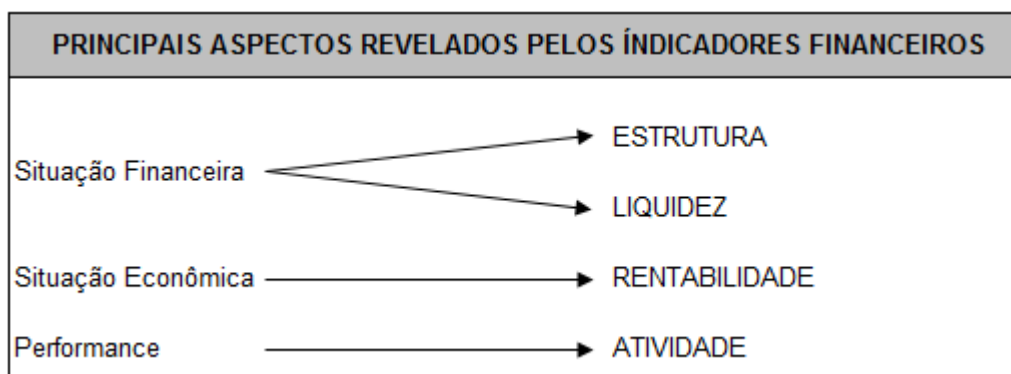
Lauermann (2016) afirma que os principais índices utilizados em uma avaliação de desempenho econômico-financeiro das empresas são: os indicadores de capacidade de pagamento, representados pelos índices de liquidez; os indicadores de atividade, que permitem a avaliação do ciclo financeiro por meio da análise dos prazos médios de recebimento, estoque e pagamento; e os indicadores de estrutura de capital, que avaliam o capital de giro e a sua necessidade.

Matarazzo e Pestana (2010) subdivide a análise das Demonstrações Financeiras em análise da situação financeira e análise da situação econômica. O autor esclarece que os indicadores são calculados separadamente e, em seguida, analisa-se ambas as conclusões. Indicadores de participação de capital de terceiros, liquidez corrente e rentabilidade do patrimônio líquidos são comumente usados pelos analistas.

Por sua vez, Cruz, Andrich e Mugnaini (2012) inclui na análise os índices de atividade, que tem como objetivo primordial avaliar a eficiência da empresa no uso dos recursos enquanto desenvolvem suas atividades operacionais, ou seja, verifica se a empresa possui um gerenciamento eficiente dos seus estoques, ativos permanentes e de seus prazos, tanto de recebimentos, como de pagamento.

O quadro 2 demonstra os principais aspectos revelados pelos indicadores financeiros.

Quadro 2: Principais aspectos revelados pelos índices financeiros



Fonte: Elaborado pela Autora com base em Matarazzo; Pestana, 2010 e Cruz, Andrich e Mugnaini, 2012.

2.2.1 Indicadores Econômicos e Financeiros

Em 1919, Alexander Wall, que passou a ser conhecido como pai da análise de balanços, desenvolveu um modelo baseado em indicadores, no qual se viu a necessidade de avaliar outras relações além do Ativo Circulante contra o Passivo Circulante (MATARAZZO; PESTANA, 2010).

Ainda citando Matarazzo e Pestana (2010, p. 81), os indicadores são denominados Índices; e esses mostram a relação entre contas ou grupos de contas das demonstrações financeiras, visando demonstrar determinado aspecto da situação econômica e/ou financeira de uma entidade. O pesquisador afirma que a utilização de indicadores é a técnica de análise mais utilizada atualmente, e sua característica fundamental é fornecer uma visão amplada situação econômica e financeira da empresa, pois permite construir um quadro de avaliação da situação das empresas. Os indicadores financeiros são assim classificados por utilizarem somente contas do Balanço Patrimonial. Esses indicadores podem ser subdivididos em:

- I. Indicadores de Estrutura: compostos por capital de terceiros em relação ao capital próprio; grau de endividamento, endividamento a longo prazo. Esse grupo de indicadores demonstra a posição do capital próprio em relação ao capital de terceiros, ou seja, indicam a dependência da empresa com relação ao capital de terceiros (IUDÍCIBUS, 2014)
- II. Indicadores de Liquidez ou Solvência: compostos por liquidez geral; liquidez corrente e liquidez seca. Esse grupo mostra a situação financeira da empresa, porém não deve ser confundido com capacidade de pagamento. Nestes indicadores ocorre o confronto do ativo circulante com as dívidas e procura demonstrar a solidez da base financeira da empresa (MATARAZZO; PESTANA, 2010).

Cada um desses indicadores citados podem ser descritos como segue:

- a) Capital de Terceiros em relação ao Capital Próprio

(Passivo Total)

Patrimônio Líquido

O resultado desse indicador demonstra quanto a empresa tomou de capital de terceiros, composto pelo passivo circulante mais o passivo não circulante, para cada R\$ 1,00 de capital próprio investido, quanto menor o valor resultante, melhor é a situação da empresa (IUDÍCIBUS, 2014; MATARAZZO; PESTANA, 2010).

Matarazzo e Pestana (2010) ainda descreve que este é um indicador de risco ou de dependência de recursos de terceiros, pois quanto maior essa dependência, menor será a liberdade para decisões financeiras.

b) Grau de Endividamento

$$\frac{\text{Passivo Total}}{\text{Passivo Total} + \text{Patrimônio Líquido}}$$

Esse indicador expressa a relação entre o endividamento da empresa e seus recursos totais, e tem por objetivo avaliar o risco de insolvência (MATARAZZO; PESTANA, 2010). Nessa mesma linha, Carvalho (2008) considera este é um indicador de alavancagem, pois relaciona a intensidade de utilização dos recursos de terceiros em vez dos recursos próprios.

c) Endividamento a Longo Prazo

$$\frac{\text{Passivo Não Circulante}}{\text{Passivo Total} + \text{Patrimônio Líquido}}$$

Como o indicador anterior, o endividamento a longo prazo expressa a relação entre o endividamento da empresa vencíveis após um ano e seus recursos totais, também tem por objetivo avaliar o risco de insolvência, mas nesse caso a longo prazo (MATARAZZO; PESTANA, 2010).

d) Liquidez Geral

$$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Total} + \text{Patrimônio Líquido}}$$

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

A liquidez geral indica quanto a empresa possui no ativo circulante mais o realizável a longo prazo para cada R\$ 1,00 do total de sua dívida, seja curto ou longo prazo, ou seja, quanto maior o resultado, melhor é a situação da empresa (ASSAF NETO, 2007; IUDÍCIBUS, 2014; MATARAZZO; PESTANA, 2010).

De acordo com Cruz, Andrich e Mugnaini (2012), esse indicador demonstra a capacidade da empresa em pagar suas obrigações de curto, médio e longo prazos, entretanto deve ser tratado com cautela, pois seus resultados impossibilita a compreensão dos prazos de recebimentos e pagamentos.

Iudícibus (2014) ressalta que esse quociente pode ser utilizado para detectar a saúde financeira de longo prazo da empresa, no que se refere a liquidez. Enquanto Assaf Neto (2007) indica que a liquidez geral pode ser interpretada como uma segurança financeira a longo prazo, revelando a capacidade de quitar todos os compromissos.

Quando o resultado desse indicador for maior ou igual a R\$ 1,00 compreende-se que, caso a empresa cessasse suas atividades imediatamente, teria condições de pagar suas dívidas de curto e longo prazo, sem precisar envolver o seu ativo permanente (SILVA, 2001).

e) Liquidez Corrente

Ativo Circulante

Passivo Circulante

Esse indicador relaciona quanto de recursos a empresa tem disponível e conversível em curto prazo em dinheiro, em relação às dívidas de curto prazo, ou seja, quanto a empresa possui de ativo circulante para cada R\$ 1,00 de passivo circulante (ASSAF NETO, 2007; IUDÍCIBUS, 2014; MATARAZZO; PESTANA, 2010).

Dessa forma, Cruz, Andrich e Mugnaini (2012) descreve a liquidez corrente como a capacidade da empresa em cumprir com suas obrigações no curto prazo, ou seja, em 12 meses. Nesse sentido, Assaf Neto (2007) afirma que quanto maior a liquidez corrente, mais alta entende que seja a capacidade da empresa de financiar suas necessidades de capital de giro.

Entretanto, Matarazzo e Pestana (2010) descreve alguns pontos conflitantes no que diz respeito a prazo na interpretação desse indicador, como por exemplo os estoques, que é impossível de ser liquidado instantaneamente; como também as duplicatas que após emitidas, seu recebimento depende do prazo estabelecido. Matarazzo e Pestana conclui que na liquidez corrente o significado seria que os recursos do ativo circulante são superiores às dívidas junto a terceiros, porém os recursos entrarão em caixa em um momento diferente da saída para pagamento das dívidas.

f) Liquidez Seca

$$\frac{\text{Ativo Circulante - Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

O quociente resultante da liquidez seca indica quanto a empresa possui de recursos a curto prazo no ativo circulante, sem depender da liquidação dos estoques (itens monetários de maior liquidez), para cada R\$ 1,00 de dívida no passivo circulante (ASSAF NETO, 2007; IUDÍCIBUS, 2014; MATARAZZO; PESTANA, 2010).

Cruz, Andrich e Mugnaini (2012) afirma que esse proporciona uma visão mais real da situação financeira da empresa. Esse pode medir o grau de excelência da situação financeira de uma empresa, principalmente quando se mantém entre os valores padrão para o mesmo ramo de negócio.

No entanto quando os valores se apresentam abaixo dos padrões para o tipo de empresa, pode indicar dificuldade de liquidez. Tal conclusão dificilmente se confirma quando a liquidez corrente se mostrar satisfatória (MATARAZZO; PESTANA, 2010).

Após tratarmos dos indicadores financeiros, podemos entrar nos indicadores econômicos, que são assim considerados pois demonstram a geração de resultado da empresa, com dados extraídos da Demonstração de Resultado do Exercício (Marion, 2009).

Os indicadores abordados nesse grupo serão o giro do ativo; margem bruta, margem operacional e margem líquida; além do retorno sobre o patrimônio e retorno sobre o ativo.

g) Giro do Ativo

$$\frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Médio Total}}$$

Esse indicador estabelece a relação entre as vendas de determinado período e os investimentos realizados pela empresa, nos quais são representados pelo ativo da empresa (SILVA, 2001).

Para Assaf Neto (2007), quanto maior o resultado desse indicador, melhor será o desempenho da empresa. Isso pode ser representado por um melhor retorno de seus investimentos. O autor ainda ressalta a importância de se comparar o resultado obtido com o resultado médio do setor.

Matarazzo e Pestana (2010) ainda acrescenta que não se pode dizer que uma empresa vende muito ou pouco observando apenas as vendas absolutas, mas sim analisando se volume de vendas tem relação direta com o montante de investimentos.

h) Margem Bruta

$$\frac{\text{Lucro Bruto}}{\text{Vendas Líquidas}}$$

Esse indicador evidencia quanto a empresa lucrou após deduzir o custo das vendas absolutas, ou seja, busca evidenciar monetariamente a margem remanescente para pagamento das despesas operacionais e não operacionais das empresas. Nesse caso quanto maior for o resultado, melhor será a situação da empresa (SANTOS, SCHMIDT, MARTINS, 2006).

i) Margem Operacional

$$\frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Vendas Líquidas}}$$

A margem operacional indica quanto, em termos de valor, a empresa teve de lucro após a dedução dos custos e despesas operacionais, em relação a cada \$1,00 de receita líquida. Em outras palavras, quanto restou para pagamento das despesas não operacionais (SANTOS, SCHMIDT, MARTINS, 2006).

Iudícibus (2014) descreve que apesar dos esforços em melhorar a eficiência das empresas, diminuindo as despesas, esse indicador pode resultar alto ou baixo dependendo do tipo de empreendimento.

j) Margem Líquida

$$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}}$$

O indicador de margem líquida demonstra quanto as empresas obtiveram de lucro líquido, após a dedução do custo e de todas as despesas operacionais e não operacionais, em relação às vendas líquidas (MATARAZZO; PESTANA, 2010).

Porém, Santos, Schmidt e Martins (2006) reforçam que esse indicador deve ser utilizado em comparação com outras empresas com as mesmas estruturas de capital.

k) Retorno sobre o Patrimônio

$$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

O retorno sobre o patrimônio indica quanto a empresa apresenta de lucro em termos monetários, para cada \$1,00 investido de capital próprio pelos acionistas (IUDÍCIBUS, 2014). Esse indicador tem como objetivo principal demonstrar o retorno obtido pelo acionista sobre o capital investido (CRUZ, ANDRICH E MUGNAINI, 2012)

Esse indicador também é conhecido como retorno sobre o capital investido, e sua função é de indicar qual a taxa de rendimento do capital próprio (MATARAZZO; PESTANA, 2010). O autor ainda relata que essa taxa pode ser comparada com outros tipos de investimentos, como a caderneta de poupança, fundos de

investimentos, etc. Assim, pode-se avaliar se a empresa apresenta rentabilidade superior ou inferior a essas opções.

l) Retorno sobre o Ativo

$$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$$

Esse indicador demonstra quanto a empresa obteve de lucro líquido em relação ao seu ativo, ou seja, pode ser uma medida do potencial de gerar lucro pela empresa (MATARAZZO; PESTANA, 2010).

Matarazzo e Pestana (2010) ainda afirma que esse indicador não é uma medida de rentabilidade do capital, como descrito no indicador anterior, mas sim uma medida da capacidade da empresa em gerar lucro líquido e poder capitalizar-se.

2.2.2 Avaliação de desempenho em cooperativas agropecuárias

Carvalho (2008) afirma que nas sociedades cooperativas a contabilidade é uma das principais ferramentas para o acompanhamento da gestão e um importante instrumento de democratização e transparência das informações.

As cooperativas, por serem sociedades civis de fins econômicos e por não terem fins lucrativos, devem ter tratamento diferenciado quanto à análise de indicadores de desempenho econômico e financeiro. Mesmo que esse acompanhamento tenha tamanha importância, a análise tradicional apresenta problemas (BIALOSKORSKI NETO; NAGANO; MORAES, 2006).

Carvalho (2008) buscou em sua pesquisa identificar quais indicadores de avaliação de desempenho seriam mais adequados para as cooperativas agropecuárias. Esse estudo foi realizado nas cooperativas agropecuárias do Estado de São Paulo e utilizou a ferramenta de análise fatorial. Identificou-se quatro fatores centrais que monitoram o desempenho, sendo eles: a solvência, a atividade, a margem e a alavancagem, demonstrado conforme quadro 3.

Quadro 3: Classificação de Indicador por Fatores

FATOR	INDICADORES
SOLVÊNCIA	Liquidez Geral
	Liquidez Corrente
	Liquidez Seca
ATIVIDADE	Giro do Ativo
MARGEM	Margem Operacional
	Margem Líquida
ALAVANCAGEM	Capital de Terceiros / Capital Próprio
	Grau de Endividamento

Fonte: Elaborado pela Autora com base em Carvalho (2008)

O autor descreve em seus resultados que esses indicadores explicam aproximadamente 94,39% do total de variações nos demais índices. Sendo assim, esses quatro fatores, de acordo com o autor, “devem estar presentes nas análises de desempenho efetuada pelos gestores das cooperativas agropecuárias” (CARVALHO, 2008).

A pesquisa de Pinto (2014) teve como objetivo buscar a relação entre a riqueza criada e o desempenho econômico e financeiro das cooperativas agropecuárias do Brasil. Tendo por base os resultados publicados no ranking das 400 maiores e melhores empresas do agronegócio do Brasil da Revista Exame e utilizando como ferramenta a regressão de dados em painel. O autor buscou demonstrar a rentabilidade, o tamanho e a alavancagem, além de considerar o fato da cooperativa estar ou não inserida em uma cooperativa central. Para rentabilidade, ele utilizou as variáveis de margens de vendas; para o tamanho, as variáveis foram as vendas líquidas e o número de funcionários; e para alavancagem, a variável grau de endividamento. Os resultados apontaram que as variáveis margem de vendas, vendas líquidas e o fato de estar inserida em uma cooperativa central contribuem positivamente para explicar a riqueza criada por associado.

Lauermann (2016) buscou identificar indicadores que pudessem avaliar o desempenho, tanto na perspectiva econômico-financeira quanto na perspectiva econômico-social das cooperativas agropecuárias do Estado do Paraná. Os indicadores de desempenho econômico-financeiro utilizados foram separados em 6 categorias conforme demonstra o quadro 4:

Quadro 4: Indicadores por categoria e critério

Categoria	Critério	Indicador
Liquidez	C1	Liquidez Corrente Liquidez Seca Liquidez Interna Liquidez Total
Endividamento	C2	Endividamento Total Endividamento de Longo Prazo Endividamento Financeiro Endividamento Financeiro de Curto Prazo
Tesouraria	C3	Capital de Giro Necessidade de Capital de Giro Saldo de Tesouraria
Ciclo	C4	Prazo Médio de Recebimento Prazo Médio de Estoque Prazo Médio de Pagamento Ciclo Financeiro
4 Gs	C5	Garantia ao Capital de Terceiros Grau de Alavancagem Financeira Giro dos Ativos Giro do Ativo Permanente
Resultado	C6	Margem Bruta Margem Operacional Margem Líquida Rentabilidade do Ativo

Fonte: Lauer mann (2016)

2.3 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A Demonstração do Valor Adicionado passou a ser obrigatória às companhias abertas no Brasil a partir da aprovação da Lei 11.638/2007 que introduziu alterações à Lei nº 6.404/76. As orientações de elaboração e divulgação da DVA foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) por meio do Pronunciamento Técnico nº 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Esse foi aprovado pela Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 557 em 12 de novembro de 2008 para as companhias abertas e pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.138/08 para os profissionais de contabilidade das entidades não sujeitas à regulação específica.

Cosenza (2003) indica que a DVA tem por objetivo a evidenciação do papel social das entidades, demonstrando de forma clara o valor adicionado para que toda sociedade tenha uma visão do valor gerado pela entidade para a comunidade.

Entretanto, Cruz, Andrich e Mugnaini (2012) descrevem que a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) mesmo sendo elaborada a partir, principalmente da Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), ela apresenta informações mais detalhadas sobre a forma de distribuição da riqueza produzida pela entidade, aos vários agentes econômicos (governo, trabalhadores, etc.).

De outro ponto, o objetivo da DVA é demonstrar o valor da riqueza gerada economicamente por meio das atividades da empresa como resultado de um esforço coletivo e sua distribuição entre os agentes que contribuem para sua formação. Sendo assim, a DVA presta informações a todos os interessados na empresa, tais como empregados, clientes, fornecedores, financiadores e governo (IUDÍCUBUS et al, 2013).

Para Scarpin et al (2012) existem diferenças temporais entre os modelos contábil e econômico de evidenciação do valor adicionado. Na economia, está baseada na produção para a formação do Produto Interno Bruto (PIB); enquanto na contabilidade, se fundamenta na realização da receita, tendo por base o regime de competência.

A Resolução CFC nº 1.138/2008 com a aprovação da Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) nº 09 descreve como característica das informações produzidas que

A DVA está fundamentada em conceitos macroeconômicos, buscando apresentar, eliminados os valores que representam dupla-contagem, a parcela de contribuição que a entidade tem na formação do Produto Interno Bruto (PIB). Essa demonstração apresenta o quanto a entidade agrega de valor aos insumos adquiridos de terceiros e que são vendidos ou consumidos durante determinado período.

A DVA evidencia a distribuição do valor adicionado pelos esforços da empresa entre os *stakeholders*, especificamente os empregados, governo, financiadores do capital próprio e do capital de terceiros (SCARPIN et al, 2012).

O valor adicionado pode ser obtido, segundo Cosenza (2003), mediante o cálculo da diferença entre as vendas ou a produção da empresa e o total de aquisições ou compras feitas para esse mesmo fim. O que demonstrará a soma de toda a remuneração dos esforços consumidos nas atividades da companhia.

Para Santos (2007), a DVA poderá ser elaborada tendo por base os dados oriundos da contabilidade, cujos registros são elaborados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, que poderão ser obtidos

fundamentalmente na Demonstração de Resultado do Exercício. Porém jamais serão confundidos com essa.

Para elaboração e divulgação da DVA deve-se atender aos requisitos estabelecidos pelo Comitê de Pronunciamento Técnico CPC nº 09 e na legislação societária, tais como:

- a) Ser elaborada com base no princípio contábil da competência;
- b) Ser apresentada de forma comparativa (competência atual e anterior);
- c) Ser elaborada com base nas demonstrações consolidadas, e não pelo somatório das Demonstrações de Valor Adicionado individuais, no caso de divulgação da DVA consolidada;
- d) Incluir a participação dos acionistas não controladores no componente relativo à distribuição do valor adicionado, no caso da divulgação da DVA consolidada;
- e) Ser consistente com a demonstração do resultado e conciliada em registros auxiliares mantidos pela entidade; e
- f) Ser objeto de revisão ou auditoria se a entidade possuir auditores externos independentes que revisem ou auditem suas demonstrações.

A Resolução CFC nº 1.138/2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 09, traz um modelo de Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para empresas em geral, demonstrado no quadro 5:

Quadro 5: Modelo de Demonstração do Valor Adicionado para empresas em geral

DESCRIÇÃO	20X1	20X0
1 – RECEITAS		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2) Outras receitas		
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios		
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
2.4) Outras (especificar)		
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4 – DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		

6.2) Receitas financeiras		
6.3) Outras		
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)		
8.1) Pessoal		
8.1.1 – Remuneração direta		
8.1.2 – Benefícios		
8.1.3 – F.G.T.S		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 – Federais		
8.2.2 – Estaduais		
8.2.3 – Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 – Juros		
8.3.2 – Aluguéis		
8.3.3 – Outras		
8.4) Remuneração de capitais próprios		
8.4.1 – Juros sobre o capital próprio		
8.4.2 – Dividendos		
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
8.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

(*) O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7.

Fonte: Resolução CFC nº 1.138/2008.

Assaf Neto (2007 p. 109) enfatiza que o benefício da DVA é poder ser utilizada como forma de avaliação do desempenho da empresa e no acompanhamento do valor agregado efetivamente para a sociedade.

Portanto, o valor adicionado é uma das formas de analisar o desempenho econômico e social das empresas de capital e das cooperativas, pois com ela pode-se mensurar o retorno e o risco da entidade; avaliar sua importância e o seu tamanho. Poderá também servir de instrumento para negociações trabalhistas e servir de indicador da eficiência dos gestores (SCARPIN et al, 2012).

Para as sociedades cooperativas, é necessário que as demonstrações contábeis utilizadas pelas empresas com finalidade lucrativa sofram alterações e se adaptem a sua realidade. A Lei nº 5.764/71, conhecida como lei das cooperativas, regula a contabilidade e serve de base para as alterações nas demonstrações contábeis.

A pesquisa realizada por Londero (2015) propôs um modelo de Demonstrações do Valor Adicionado voltado para as sociedades cooperativas com o objetivo de evidenciar o impacto econômico e social na região onde estão inseridas.

Como impacto econômico das cooperativas temos os recursos originados pelo processo de transformação, ou seja, o valor que a cooperativa é capaz de agregar aos insumos que adquire em determinado período e, posteriormente distribuir entre os grupos econômicos de interação. Como impacto social entende-se como as contribuições diretas que as cooperativas realizam em prol de seus membros associados e da comunidade, que possam ser expressos monetariamente e de forma confiável.

Londero (2015) descreveu a Demonstrações do Valor Adicionado para as cooperativas, como sendo composta por dois grupos, o de formação e o grupo de distribuição. Para a formação do valor adicionado precisamos das receitas produzidas pela sociedade, os insumos adquiridos de terceiros e o valor adicionado recebido em transferência. No caso do grupo de distribuição do valor adicionado pelas cooperativas temos os empregados, governo, capital de terceiros, remuneração do capital próprio e investimentos socioambientais, ou seja, os valores distribuídos para a sociedade por meio de ações sociais e ambientais.

O quadro 6 detalha o modelo da Demonstração do Valor Adicionado proposto por Londero (2015) para as cooperativas, com base em estudos anteriores, no Pronunciamento Técnico CPC nº 09 e na Lei nº 5.764/71 Lei as Cooperativas.

Quadro 6: Modelo de Demonstração do Valor Adicionado para as sociedades cooperativas

DVA MODELO - COOPERATIVAS
1 – RECEITAS
1.1 Vendas de mercadorias, produtos e serviços – Ato cooperado
1.2 Vendas de mercadorias, produtos e serviços – Ato não cooperado
1.3 Outras receitas/resultados não operacionais
1.4 Receitas relativas à construção de ativos próprios
1.5 Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão/Constituição
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS
(inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)
2.1 Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços – Ato cooperado
2.2 Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços – Ato não cooperado
2.3 Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços – Diferencial pago ao cooperado
2.4 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros – Ato cooperado
2.5 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros – Ato não cooperado
2.6 Perda / Recuperação de valores ativos
2.7 Outras (especificar)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSF.

- 6.1 Resultado de equivalência patrimonial
- 6.2 Receitas financeiras
- 6.3 Outras
- 7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)
- 8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO
 - 8.1 Pessoal
 - 8.1.1 – Remuneração direta
 - 8.1.2 - Remuneração da diretoria
 - 8.1.3 – Benefícios
 - 8.1.4 – FGTS
 - 8.1.5 - Assistência educacional, capacitação e treinamentos
 - 8.2 Impostos, taxas, contribuições, multas e infrações
 - 8.2.1 – Federais
 - 8.2.2 – Estaduais
 - 8.2.3 – Municipais
 - 8.2.4 - Multas e infrações
 - 8.3 Remuneração de capitais de terceiros
 - 8.3.1 – Juros
 - 8.3.2 – Aluguéis
 - 8.3.3 – Outras
 - 8.4 Contribuições socioambientais
 - 8.4.1 – Contribuições para projetos sociais - comunidade
 - 8.4.2 – Contribuições para projetos sociais - cooperado
 - 8.4.3 – Contribuições para projetos ambientais
 - 8.5 Distribuições e retenções das sobras
 - 8.5.1 – Assistência técnica aos cooperados
 - 8.5.2 – Assistência educacional aos cooperados
 - 8.5.3 – Juros sobre o capital social
 - 8.5.4 – Sobras distribuídas/ Rateio das perdas
 - 8.5.5 – Constituição do Rates
 - 8.5.6 – Constituição de outras reservas
 - 8.5.7 - Sobras a disposição da assembleia geral

Fonte: Londero (2015)

3 METODOLOGIA

Neste capítulo serão apresentados os aspectos a respeito dos procedimentos metodológicos adotados visando garantir que a investigação seja realizada de acordo com os padrões definidos para o método científico.

3.1 ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA PESQUISA

Primeiramente buscou-se escolher um ramo específico do cooperativismo para o desenvolvimento da pesquisa. Segundo dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) há 6.652 cooperativas espalhadas em território nacional segmentadas em 13 ramos de atividades: agropecuário, crédito, trabalho, transporte, saúde, educacional, habitacional, infraestrutura, produção, consumo, mineral, turismo e especial. Dessas, o agropecuário representa 23% de participação, com 1.548 cooperativas registradas, 943.054 cooperados e 146.011 empregados em 2010. No Paraná, das 223 cooperativas registradas, 69 são do setor agropecuário, que corresponde a 31% do total de cooperativas paranaenses.

Pela importância do agronegócio para a economia do Estado, optou-se pelas cooperativas agropecuárias. Atualmente, conforme dados do Sistema Ocepar apurados em 2016, das 69 cooperativas em atuação no setor agropecuário, 8 são cooperativas centrais e 61 singulares (OCEPAR, 2017).

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Com o objetivo de identificar a relação entre o valor adicionado e o desempenho econômico e financeiro das cooperativas agropecuárias do Paraná, valendo-se da análise de regressão, esse estudo pode ser caracterizado como uma pesquisa descritiva, conceituada por Gil (2012) como o método cujo objetivo é a descrição das características de determinada população ou o estabelecimento de relação entre variáveis.

Em relação ao paradigma epistemológico utilizado nessa pesquisa, ela pode ser caracterizada como positivista. Nesse sentido, busca-se por meio de instrumentos estatísticos e/ou matemáticos, entender o fenômeno investigado como descreve Martins e Theóphilo (2007).

Em relação à natureza da pesquisa, ela pode ser caracterizada como uma pesquisa aplicada, uma vez que busca gerar conhecimentos para a solução de determinado problema e sua aplicação prática. A pesquisa aplicada “envolve verdades e interesses locais” (SILVA; MENEZES, 2001).

No que diz respeito à natureza dos dados coletados e aos procedimentos técnicos utilizados, a pesquisa faz uso de tabelas e relatórios disponibilizados pela OCEPAR com informações financeiras das cooperativas, mantendo o sigilo da informação, caracterizando-se como uma pesquisa documental.

Em relação à abordagem do problema, a presente pesquisa pode ser caracterizada como sendo uma pesquisa quantitativa, uma vez que busca demonstrar, por meio de técnicas estatísticas/matemáticas, a relação entre o valor adicionado e o desempenho econômico-financeiro das cooperativas agropecuárias do Paraná.

3.3 COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

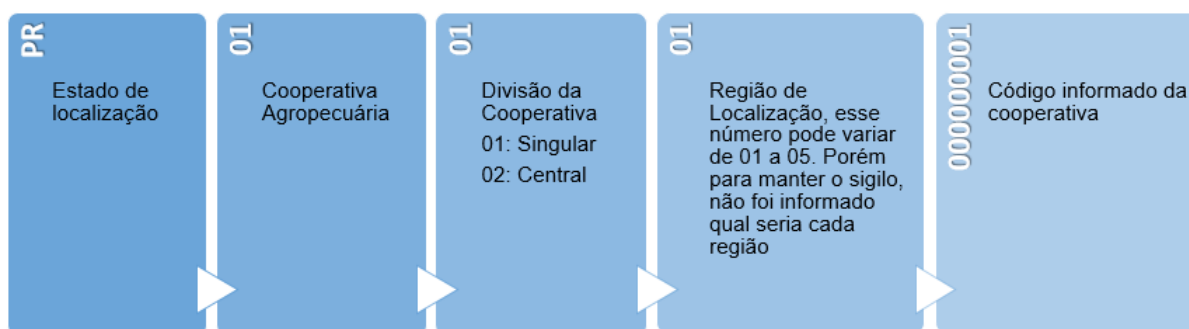
Para a presente pesquisa foi enviado a OCEPAR requerimento solicitando os demonstrativos financeiros do período de janeiro de 2011 até dezembro de 2015 das cooperativas agropecuárias do Paraná, contendo:

- a) Balanços Patrimoniais;
- b) Demonstrativo de Sobras e Perdas;
- c) Balancetes mensais (que contenham as contas patrimoniais e de resultado);
- d) Demonstração do Valor Adicionado (quando possível);
- e) Nº de cooperados e de funcionários;
- f) Região de operação da cooperativa;
- g) Principais produtos da cooperativa.

O retorno recebido continha 64 cooperativas agropecuárias das quais 7 são centrais e as demais caracterizam como singulares. Além disso, as cooperativas do Paraná foram divididas em regiões, sendo: centro sul; noroeste; norte; oeste e sudeste.

Porém, por se tratar de dados reais e para manter a confiabilidade e o sigilo da informação, os nomes e localização não foram informados. Para identificação cada cooperativa recebeu um código, como por exemplo PR.01.01.01.000000001, em que cada subdivisão corresponde a uma informação, conforme ilustrado na figura 1:

Figura 1: Codificação das Cooperativas Agropecuárias

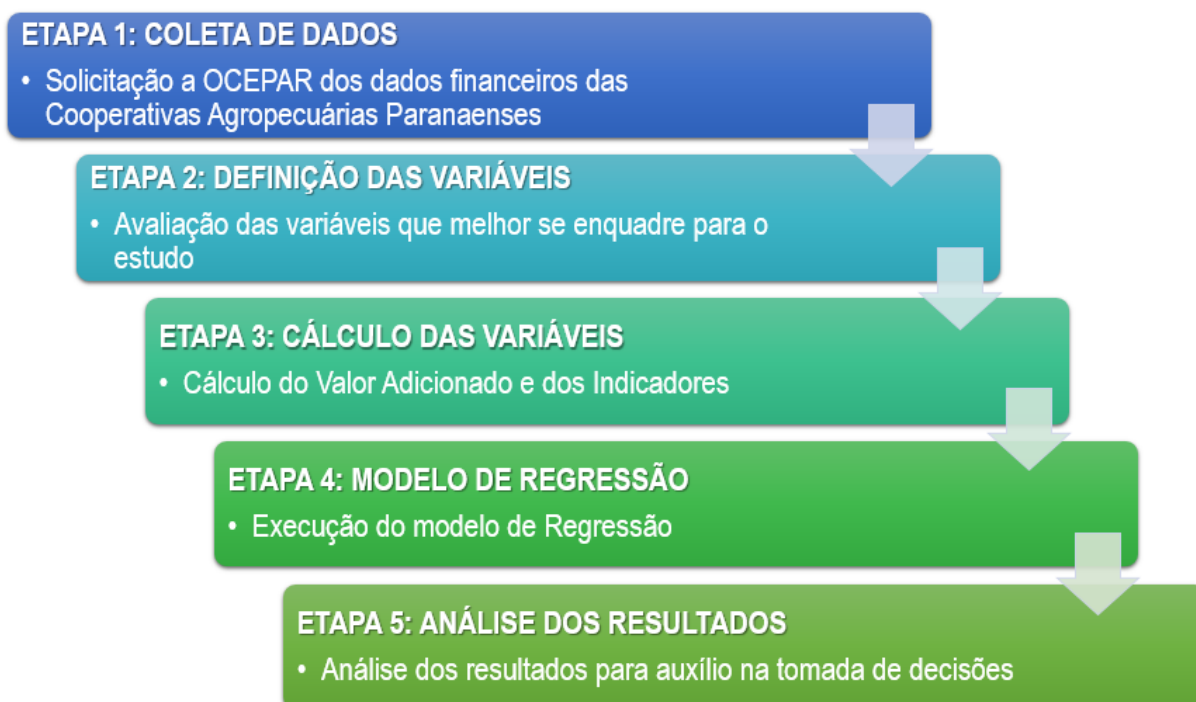


Fonte: elaborado pela autora com base em dados da OCEPAR, 2017

A OCEPAR disponibilizou os arquivos financeiros e dados solicitados por mês, no decorrer dos 5 anos, porém nem todas as cooperativas dispunham de dados todos os meses do período. Além disso, os dados financeiros contidos na Demonstração de Sobras e Perdas acumulava mês a mês no decorrer do ano, ou seja, enquanto janeiro era composto por valores daquele mês, em fevereiro o resultado estava acumulado janeiro mais fevereiro, e assim por diante até o encerramento do período em dezembro de cada ano. No caso das contas patrimoniais que compõe o Balanço Patrimonial essas representam a situação da cooperativa no mês indicado.

Para não haver distorção nos dados, optou-se por utilizar as contas de encerramento dos períodos em estudo, todos os dezembros dos anos em análise. A figura 2 evidencia todas as etapas do processo identificação da relação entre o valor adicionado e desempenho econômico-financeiro das cooperativas paranaenses.

Figura 2: Etapas do processo identificação da relação entre o valor adicionado e desempenho econômico-financeiro das cooperativas paranaenses.



Fonte: A autora, 2017.

3.4 DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS

Atualmente no Brasil, elaborar e publicar a DVA não é obrigatório para todos os tipos societários. A Resolução CFC nº 1.138/2009 que alterou o item 3 da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral (NBC TG) nº09 determinou que

A entidade, sob a forma jurídica de sociedade por ações, com capital aberto, e outras entidades que a lei assim estabelecer, devem elaborar a DVA e apresentá-la como parte das demonstrações contábeis divulgadas ao final de cada exercício social. É recomendado, entretanto, a sua elaboração por todas as entidades que divulgam demonstrações contábeis.

Portanto, como não recebemos com os dados da OCEPAR as DVAs já elaboradas, faz-se necessário a elaboração das mesmas por meio dos dados disponíveis no Balanço Patrimonial e a Demonstração de Sobras e Perdas (DSP). A base foi o modelo proposto por Londero (2015) na qual indicou uma adaptação da Demonstração do Valor Adicionado aplicável especificamente às cooperativas agropecuárias.

Ainda segundo Londero (2015), para o cálculo do valor adicionado em uma amostra de várias cooperativas, utiliza-se como base as fórmulas do Valor Adicionado por formação, conforme demonstra a Equação 1:

$$VA_F = VB - CM - DA - DV + RF - O$$

Equação 1 – Valor Adicionado por formação.

Onde: VB: Vendas Brutas; CM: Custo de materiais e serviços adquiridos; DA: Despesas Administrativas; DV: Despesas de Vendas; RF: Receitas Financeiras; O: Outras contas não operacionais.

O valor adicionado também poderá ser obtido tendo por base seus componentes de distribuição, ou seja, os valores que recebem a alocação do valor adicionado, conforme exposto na Equação 2:

$$V_{AD} = D + P + T + DF + TL + SAG$$

Equação 2 – Valor Adicionado pela distribuição.

Onde: D: Deduções da receita bruta; P: Despesas com pessoal; T: Despesas com tributos; DF: Despesas Financeiras; TL: Tributos sobre o Lucro; SAG: Sobras a disposição da assembleia geral.

O autor ainda ressalta que, em ambos os casos, o valor adicionado não deverá apresentar diferenças, visto que será composto por todas as contas da Demonstração de Sobras e Perdas e, com a utilização destas fórmulas, apresentará uma conciliação entre a DSP e a DVA.

O próximo passo é o cálculo e a evidenciação do desempenho econômico financeiro das cooperativas agropecuárias do Paraná. Carvalho, Santos e Rêgo (2010) afirma que uma forma de mensurar o desempenho econômico de uma entidade ocorre quando a informação é expressa por indicadores, nos quais serão quantificados e mensurados numericamente, assim atribui-se eficiência e objetividade à avaliação do desempenho das atividades.

Nessa etapa da pesquisa, o objetivo foi analisar na literatura disponível quais seriam os indicadores mais adequados à análise de sociedades cooperativas. Em uma amostra de pesquisas realizadas, localizou-se os estudos realizados por Pinto (2014), por Carvalho (2008) e por Lauermann (2016) que tratam diretamente do desempenho econômico-financeiro das cooperativas agropecuárias.

Pinto (2014) analisou as cooperativas que compunham o *ranking* das 400 Maiores e Melhores Empresas do Agronegócio da Revista Exame, enquanto Carvalho (2008) realizou um amplo estudo nas cooperativas agropecuárias paulistas, e na pesquisa de Lauermaann (2016) a abordagem foi uma análise de desempenho das cooperativas agropecuárias, por meio de avaliação das perspectivas econômico financeiras e econômico sociais.

Na sequência, serão demonstradas (quadro 7) as fórmulas para o cálculo dos indicadores de desempenho econômico-financeiro que estiveram presentes em ao menos duas das três pesquisas citadas.

Quadro 7: Fórmulas de cálculos do desempenho econômico-financeiro utilizados nas pesquisas com cooperativas citadas

Indicadores Financeiros	Fórmula para Cálculo
Estrutura	
Capital de Terceiros / Capital Próprio	Passivo Total / Patrimônio Líquido
Grau de Endividamento	Passivo Total / (Passivo Total + Patrimônio Líquido)
Endividamento a Longo Prazo	Passivo Não Circulante / (Passivo Total + Patrimônio Líquido)
Liquidez ou Solvência	
Liquidez Geral	(Ativo Circulante + Ativo Não Circulante) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)
Liquidez Corrente	Ativo Circulante / Passivo Circulante
Liquidez Seca	(Ativo Circulante - Estoques) / Passivo Circulante
Indicadores Econômicos	
Giro do Ativo	Vendas Líquidas / Ativo Médio Total
Margem Bruta	Sobras Brutas / Vendas Líquidas
Margem Operacional	Sobras Operacionais / Vendas Líquidas
Margem Líquida	Sobras Líquidas / Vendas Líquidas
Retorno sobre o Patrimônio	Sobras Líquidas / Patrimônio Líquido
Retorno sobre o Ativo	Lucro Líquido / Ativo Total

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Carvalho (2008), Pinto (2014) e Lauermaann (2016)

Enquanto isso, o quadro 8 demonstra quais desses índices foram utilizados na avaliação do desempenho econômico financeiro das pesquisas com cooperativas agropecuárias citadas:

Quadro 8: Índices utilizados em pesquisas sobre desempenho econômico-financeiro em cooperativas agropecuárias

Indicadores Financeiros	Carvalho (2008)	Pinto (2014)	Lauermann (2016)
Estrutura			
Capital de Terceiros / Capital Próprio	X	X	
Grau de Endividamento	X	X	X
Endividamento a Longo Prazo		X	X
Liquidez ou Solvência			
Liquidez Geral	X	X	
Liquidez Corrente	X	X	X
Liquidez Seca	X		X
Indicadores Econômicos			
Giro do Ativo	X	X	
Margem Bruta			X
Margem Operacional	X		X
Margem Líquida	X	X	X
Retorno sobre o Patrimônio		X	
Retorno sobre o Ativo		X	X

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Carvalho (2008), Pinto (2014) e Lauermann (2016).

3.5 REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA

A pesquisa consiste em identificar a relação entre o valor adicionado e o desempenho econômico-financeiro das cooperativas agropecuárias no Paraná utilizando-se da regressão múltipla. Esse modelo de análise mostra como uma variável dependente y se relaciona com duas ou mais variáveis independentes x (SWEENEY; WILLIAMS; ANDERSON, 2014).

Ainda segundo o autor, no modelo de regressão múltipla apresenta como parâmetros $\beta_0, \beta_1, \beta_2, \dots, \beta_p$, e como variável aleatória, a parcela de erro ε , conforme demonstra a equação 3:

$$y = \beta_0 + \beta_1 x_1 + \beta_2 x_2 + \dots + \beta_p x_p + \varepsilon$$

Equação 3 – Modelo de Regressão múltipla.

Onde: y : Variável dependente; βx : Variáveis independentes; ε : parcela de erro.

No presente estudo, a variável dependente y será o valor adicionado das cooperativas agropecuárias do Paraná e as variáveis independentes x serão os indicadores econômicos e financeiros calculados para as cooperativas estudadas.

No caso das variáveis independentes x , utilizou-se os indicadores econômicos e financeiros presentes em ao menos duas das pesquisas de Carvalho (2008), Pinto (2014) e Lauermann (2016). Os indicadores financeiros de estrutura são compostos por capital de terceiros / capital próprio, grau de endividamento e endividamento a longo prazo, enquanto os indicadores financeiros de liquidez são a liquidez geral, liquidez corrente e a liquidez seca. Por outro lado, os indicadores econômicos selecionados na pesquisa foram o giro do ativo, margem bruta, margem operacional, margem líquida, retorno sobre o patrimônio e o retorno sobre o ativo.

Como resposta buscou-se entender quais indicadores têm maior influência no valor adicionado pelas cooperativas agropecuárias do Estado do Paraná. Porém, em um conjunto de variáveis independentes x , há a possibilidade de encontrarmos variáveis que pouco influenciam a variável dependente e podem ser eliminadas do modelo. Para corrigir essa situação, utilizou-se o método *Stepwise* para análise.

Na pesquisa de Alves, Lotufo e Lopes (2013), o método *Stepwise* é descrito como sendo utilizado para selecionar quais as variáveis mais influenciam a variável dependente, podendo assim, diminuir seu número a compor a equação de regressão.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo está estruturado em quatro sessões que visam explorar os dados coletados à luz do referencial teórico de eficiência no contexto.

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA

Os dados recebidos da OCEPAR em 2016 contavam com 64 cooperativas, dentre elas, 7 são cooperativas centrais e 57 foram compostas por cooperativas singulares. O Estado do Paraná foi dividido em regiões: centro sul, noroeste, norte, oeste e sudoeste. Porém, para manter o sigilo nas informações, esse dado não foi indicado pela OCEPAR. Em seu lugar, uma sequência de 1 a 5 diferencia as regiões.

A região com o maior número de cooperados é a região 4, que conta com 15 cooperativas singulares formada por 57.526 cooperados e ao final de 2015 havia tido uma receita total de R\$ 17.020.319.333,52. Nesta região está localizada uma cooperativa central formada pela união de 3 cooperativas singulares. Essa central teve receita total em 2015 de R\$ 117.883.477,53. Em termo de receita total a região supracitada ficaria em segundo lugar, perdendo para a região 1.

Em termos de empregados, a região 4 emprega 17.648 funcionários em suas cooperativas, enquanto a região 1 conta com 41.176 funcionários ativos em 2015.

A região de número 1 apresenta-se com 11 cooperativas singulares que tiveram receita total em 2015 de R\$ 16.157.260.654, contando com um número de cooperados ativos de 43.276. Ela é a segunda maior região em termos de cooperados, enquanto as 3 cooperativas centrais localizadas nessa mesma região são compostas por 40 cooperativas singulares em seu quadro cooperativo e tiveram receita total de R\$ 2.477.635.967,11. A região 1 teve a maior receita total entre todas as demais.

Contando com 16 cooperativas singulares e uma cooperativa central, a região de número 5 estaria em terceiro lugar, tanto em relação à receita total, que em 2015 foi de R\$ 8.897.668,81, quanto em número de funcionários, que finalizou esse mesmo ano com 6.124. Com relação à quantidade de cooperados ativos, as cooperativas singulares dessa região finalizaram o ano de 2015 contando com

12.771 cooperados, enquanto sua cooperativa central era composta por 10 cooperativas singulares.

A região de número 3, apresenta o menor número de cooperativas, contando com apenas 6 cooperativas singulares e 2 cooperativas centrais. Em termos de cooperados ativos, totaliza 17.059 nas cooperativas singulares e suas cooperativas centrais são compostas por 15 cooperativas singulares. Já com relação à receita total, essa região faturou R\$ 2.990.358.673,71 durante o ano de 2015, sendo que a cooperativa PR.01.01.03.000000378 contribuiu com mais de 78% dessa receita.

Por fim a região de número 2, que conta com 9 cooperativas singulares e com nenhuma cooperativa singular. Ela apresenta o menor número de cooperados ativos em 2015 que era R\$ 16.631, e empregava 3.809 funcionários em suas unidades. A receita total apresentada no ano de 2015 foi de R\$ 2.368.629.320,27. A cooperativa com maior representação na região foi a PR.01.01.02.000000025, que sozinha faturou mais de 54% da receita total da região. Na tabela 2, os resumos demonstram, por região do Estado, tanto as cooperativas singulares, como as centrais.

Tabela 2: Resumo por Região das Cooperativas em 2015

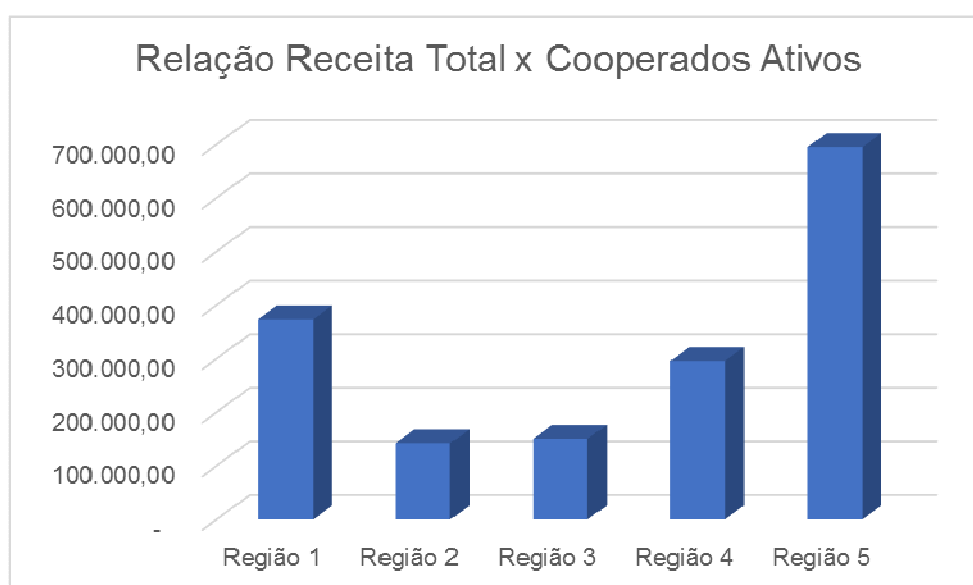
REGIÃO	COOPERADOS ATIVOS	FUNCIONÁRIOS	RECEITA TOTAL
Região 1 - Singulares	43.276	34.052	16.157.260.654,87
Região 2 - Singulares	16.631	3.809	2.368.629.320,27
Região 3 - Singulares	17.059	1.886	2.567.688.591,43
Região 4 - Singulares	57.526	15.587	17.020.319.333,52
Região 5 - Singulares	12.771	5.955	8.875.080.705,97
Total Geral de Singulares	147.263	61.289	46.988.978.606,06
Região 1 - Centrais	40	7.124	2.477.635.967,11
Região 3 - Centrais	15	454	422.670.082,28
Região 4 - Centrais	3	2.061	117.883.447,53
Região 5 - Centrais	10	169	22.587.573,84
Total Geral de Centrais	68	9.808	3.040.777.070,76
TOTAL DO ESTADO	147.331	71.097	50.029.755.676,82

Fonte: Elaborado pela autora, com base OCEPAR 2017.

Considerando a relação entre a receita total e o número de cooperados para as cooperativas singulares, a região que mais se destaca é a de número 5 que

apresentou uma média de R\$ 694.940,00 de receita por cooperado, enquanto o menor resultado está na região 2 com uma média de R\$ 142.422,00 de faturamento por cooperado em 2015, conforme demonstrado o gráfico 1. A cooperativa que mais se destacou nessa relação foi a PR.01.01.05.000000004 que apresentou em média R\$ 5.552.413,00 de faturamento por cooperado ativo e está localizada na região 5, enquanto a cooperativa PR.01.01.02.000000035 localizada na região de número 2 apresentou o menor resultado dessa relação, apenas R\$ 18,90 de faturamento por cooperado ativo.

Gráfico 1: Receita total x cooperados ativos por região



Fonte: Elaborado pela autora, com base OCEPAR, 2017

Com valores totais de 4.275 observações válidas para as variáveis do estudo no período de 2011 a 2015, a tabela 3 apresenta uma estatística descritiva das quatorze variáveis, sendo uma dependente representada pelo valor adicionado e treze independentes. Foram utilizados, sem prejuízo de outros dados, a média, a mediana e o desvio padrão de cada variável selecionada para o estudo:

Tabela 3: Estatística descritiva das variáveis do estudo

VARIÁVEIS		MÍNIMO	MÁXIMO	MÉDIA	MEDIANA	DESVIO PADRÃO
VAD	Valor Adicionado	-206.563.533,92	1.836.826.853,00	81.981.870,73	9.484.012,34	202.506.234,35
QCA	Quantidade de Cooperados Ativos	0,33	28.095,00	2.140,21	454,00	4.271,80
Indicadores Financeiros						
Estrutura						
CT	Capital de Terceiros / Capital Próprio	-7,70	27,76	2,05	1,81	2,49
GE	Grau de Endividamento	0,00	3,64	0,72	0,66	0,41
EL	Endividamento a Longo Prazo	0,00	1,83	0,19	0,17	0,23
Liquidez ou Solvência						
LG	Liquidez Geral	0,01	6,66	1,11	0,98	0,65
LC	Liquidez Corrente	0,01	23,09	1,49	1,25	1,53
LS	Liquidez Seca	0,01	13,31	1,10	0,92	0,99
Indicadores Econômicos						
GA	Giro do Ativo	0,00	2.595,29	62,25	48,32	155,82
MB	Margem Bruta	-2,00	1,00	0,17	0,13	0,21
MO	Margem Operacional	-88,62	245,04	0,29	0,03	15,66
ML	Margem Líquida	-18,95	278,75	1,61	0,02	20,45
RP	Retorno sobre o Patrimônio	-5,66	1,16	0,10	0,10	0,39
RA	Retorno sobre o Ativo	-0,98	1,06	0,04	0,03	0,13

Fonte: Elaborado pela autora, com base OCEPAR, 2017

Do total de 4.275 observações, a variável dependente Valor Adicionado apresentou uma média de R\$ 81.981.870,73, porém essa mesma variável indicou valor muito alto de desvio padrão (R\$ 202.506.234,35), enquanto sua mediana apresenta um valor de R\$ 9.484.012,34. Tal situação demonstra que o valor adicionado apresenta grande discrepância. Uma análise mais detalhada demonstra que enquanto a cooperativa PR.01.02.01.000000363 apresentou um valor adicionado negativo de R\$ 206.563.533,92 em dezembro de 2014, a cooperativa PR.01.01.04.000000041 apresentou um valor adicionado em dezembro de 2015 de R\$ 1.836.826.853,00.

A mesma interpretação temos para a variável independente Quantidade de Cooperados Ativos, que apresenta uma média de 2.140 cooperados ativos, enquanto a mediana é de 454 com um desvio padrão muito elevado (4.271).

Com relação aos indicadores financeiros, destacam-se as variáveis relacionadas com o endividamento, como o Grau de Endividamento que apresentou uma média de 0,72. Este representa que as cooperativas agropecuárias possuem, em média, 72% de seu passivo com capital de terceiros. Por outro lado, o Endividamento a Longo Prazo representa em média 19% do passivo total. Ambas variáveis possuem uma mediana próxima à média e um desvio padrão baixo.

As variáveis de liquidez demonstram que as cooperativas agropecuárias, em média, possuem recursos suficientes em seu ativo para arcar com as dívidas em seu

passivo. Como a Liquidez Geral que evidencia um ativo médio de R\$ 1,11 para cada real de dívida total no passivo, com um baixo desvio padrão (0,65).

Por fim, dos indicadores econômicos, destacam-se a Margem Bruta, o Retorno sobre o Ativo e o Retorno sobre o Patrimônio Líquido, todos com mediana próxima à média e um baixo desvio padrão. A margem bruta representa que as cooperativas agropecuárias têm, em média 17% de lucro bruto sobre suas vendas líquidas. O retorno sobre o ativo representa um lucro de 4% sobre o total do ativo investido, e o retorno sobre o patrimônio líquido mostra que em média as cooperativas têm 10% lucro sobre seu capital próprio.

4.2 RELAÇÃO ENTRE O VALOR ADICIONADO E O DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DO PARANÁ

Como objetivo do presente estudo buscou-se identificar a relação entre o valor adicionado e o desempenho econômico-financeiro das cooperativas agropecuárias do Paraná, por meio de análise da regressão linear múltipla. Nesse modelo utilizou-se o valor adicionado como variável dependente (que são descritas como fator consequente) e os indicadores de desempenho econômico e financeiro, acrescido da quantidade de cooperados ativos como variáveis independentes (que são explicativas).

A variável dependente Valor Adicionado evidencia o papel social das cooperativas, demonstrando o resultado de um esforço coletivo para que toda sociedade tenha uma visão do valor por ela gerado para a comunidade e que será distribuído a todos os interessados na cooperativa, tais como, empregados, clientes, fornecedores, financiadores e governo. Enquanto as treze variáveis independentes evidenciam a situação financeira, econômica, liquidez e endividamento da cooperativa, além da quantidade de cooperados ativos.

Houve a tentativa de trabalhar com os dados mensais. Porém, nas contas de resultado os valores acumulavam gradativamente de janeiro a dezembro de cada ano. Como o ramo agropecuário apresenta sazonalidade em seu resultado, e essa sazonalidade é diferente nos ramos do agronegócio, optou-se por utilizar os

balanços e resultados anuais encerrados em dezembro de cada ano. Partimos de uma amostra inicial de 307 observações em dezembros distribuída para as 64 cooperativas estudadas.

Além disso, houve 7 observações que apresentaram valores adicionados negativos que, segundo Consenza (2003), significa que a empresa não conseguiu gerar valor adicionado ou gerar riqueza suficiente para remunerar todos os seus agentes econômicos, e foram eliminadas da amostra.

Ainda das cooperativas estudadas, 7 são centrais, ou seja, composta pela união de outras cooperativas singulares que já fazem parte do estudo. Para que não ocorra distorção dos resultados, as centrais foram eliminadas da amostra, o mesmo procedimento foi adotado no estudo de Pinto (2014).

Foram eliminadas também as cooperativas que não apresentaram os dados necessários para o cálculo das variáveis objeto desse estudo nos meses de dezembro dos anos de 2011 a 2015. Esse filtro resultou em uma amostra final com 267 observações para 56 cooperativas singulares.

Para a pesquisa, a variável dependente Valor Adicionado (VAD) e a variável independente Quantidade de Cooperados Ativos (QCA) foram transformadas em logaritmo base 10 para a normalização dos dados, procedimento esse normalmente utilizado em pesquisas econométricas, pois traz o equilíbrio aos dados estudados, deixando os valores das variáveis estabilizados.

Iniciou-se os estudos com o logaritmo base 10 do valor adicionado (LOG_VAD) inserida como variável dependente e as 13 variáveis independentes: Capital de Terceiros (CT), Grau de Endividamento (GE), Endividamento a Longo Prazo (EL), Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Liquidez Seca (LS) como os indicadores financeiros; Giro do Ativo (GA), Margem Bruta (MB), Margem Operacional (MO), Margem Líquida (ML), Retorno sobre o Patrimônio (RP) e Retorno sobre o Ativo (RA) como indicadores econômicos, além do logaritmo base 10 da Quantidade de Cooperados Ativos (LOG_QCA). O resumo destes códigos das variáveis utilizadas está descrito no quadro 09.

Quadro 9: Resumo das variáveis

CÓDIGO	VARIÁVEIS
VAD	Logaritmo base 10 do Valor Adicionado
QCA	Logaritmo base 10 da Quantidade de Cooperados Ativos
Indicadores Financeiros	
Estrutura	
CT	Capital de Terceiros / Capital Próprio
GE	Grau de Endividamento
EL	Endividamento a Longo Prazo
Liquidez ou Solvência	
LG	Liquidez Geral
LC	Liquidez Corrente
LS	Liquidez Seca
Indicadores Econômicos	
GA	Giro do Ativo
MB	Margem Bruta
MO	Margem Operacional
ML	Margem Líquida
RP	Retorno sobre o Patrimônio
RA	Retorno sobre o Ativo

Fonte: Dados da pesquisa

Como diversas variáveis independentes em um modelo podem apresentar comportamentos semelhantes, ou seja, entre elas podem haver correlação alta, a existência de multicolinearidade precisa ser verificada, conforme descreve Favero et al (2009).

Os indicadores financeiros de estrutura composto pelo CT, GE e EL apresentaram alta correlação entre si e não estavam correlacionados com o LOG_VAD, portanto não foram considerados no modelo.

Os indicadores financeiros de liquidez ou solvência composto por LG, LC e LS também apresentaram alta correlação entre si, e bem como uma correlação com o LOG_VAD. Neste caso optou-se por utilizar apenas o LS na amostra pois esta teve a menor correlação com as demais variáveis independentes.

Já os indicadores econômicos compostos por GA, MB, MO, ML, RP e RA apenas o GA, MO e MB não apresentavam correlação entre si e estavam correlacionados com o LOG_VAD, portanto foram mantidos no modelo.

Além desses o QCA também foi mantido na amostra por ter relação com o LOG_VAD de 0,769 e não a ter com as demais variáveis. A quantidade de

cooperados ativos foi inserida e mantida no modelo pois no estudo de Carvalho (2008) essa informação fez parte das variáveis dependentes, composta pelo valor adicionado por cooperado ativo.

Foram realizados os testes de multicolinearidade para cálculo das estatísticas VIF e Tolerância de cada variável, além dos testes de normalidade dos resíduos por meio do teste não paramétrico *Kolmogorov-Smirnov* e *Shapiro-Wilk* para uma amostra. Por fim, foram realizados os testes de homocedasticidade por meio do gráfico de dispersão entre os resíduos e os valores previstos. Os resultados se mostraram suficientes para continuidade do tratamento estatístico proposto.

A tabela 4 demonstra a matriz de correlação entre as variáveis resultantes do modelo.

Tabela 4: Matriz de Correlação das variáveis do estudo

		Correlações					
		LOG_VAD	MB	MO	LS	GA	LOG_QCA
LOG_VAD	Correlação de Pearson	1	-,188**	,188**	-,243**	-,482**	,769**
	Sig. (2 extremidades)		,002	,002	,000	,000	,000
	N	267	267	267	267	267	267
MB	Correlação de Pearson	-,188**	1	-,010	,013	-,062	-,118
	Sig. (2 extremidades)	,002		,866	,829	,310	,054
	N	267	267	267	267	267	267
MO	Correlação de Pearson	,188**	-,010	1	,187**	-,102	,106
	Sig. (2 extremidades)	,002	,866		,002	,095	,083
	N	267	267	267	267	267	267
LS	Correlação de Pearson	-,243**	,013	,187**	1	,102	-,198**
	Sig. (2 extremidades)	,000	,829	,002		,098	,001
	N	267	267	267	267	267	267
GA	Correlação de Pearson	-,482**	-,062	-,102	,102	1	-,384**
	Sig. (2 extremidades)	,000	,310	,095	,098		,000
	N	267	267	267	267	267	267
LOG_QCA	Correlação de Pearson	,769**	-,118	,106	-,198**	-,384**	1
	Sig. (2 extremidades)	,000	,054	,083	,001	,000	
	N	267	267	267	267	267	267

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Fonte: Dados da pesquisa

Outra forma utilizada para analisar a multicolinearidade em um modelo de regressão é pelas estatísticas de Tolerância (*Tolerance*) que indica a proporção da

variação de uma variável independente que não tenha relação com as demais variáveis independentes e o VIF (*Variance Inflation Factor*) que é a medida de quanto a variância de cada coeficiente de regressão estimado aumenta devido à multicolinearidade (FAVERO et al, 2009). Valores de Tolerância menor que 0,10 ou valores de VIF maior que 10 indicam problemas de multicolinearidade.

O quadro 10 demonstra os valores de Tolerância e de VIF encontrados nas variáveis do modelo. A Tolerância está entre 0,798 e 0,972, enquanto o VIF ficou entre 1,028 e 1,254, que demonstra a viabilidade do modelo.

Quadro 10: Tolerância e VIF

Modelo		Colinearidade Estatística	
		Tolerância	VIF
1	(Constant)		
	MB	,972	1,028
	MO	,938	1,066
	LS	,915	1,093
	GA	,835	1,197
	LOG_QCA	,798	1,254

Fonte: Dados da pesquisa

O teste de normalidade dos resíduos não paramétrico *Kolmogorov-Smirnov* e *Shapiro-Wilk* apresentou sig. de 0,200 para *Kolmogorov-Smirnov* e sig. de 0,035 para *Shapiro-Wilk* conforme demonstrado no quadro 11. Os resultados evidenciam que a distribuição dos resíduos não difere de uma distribuição normal com um nível de significância de 1%.

Quadro 11: Teste de normalidade

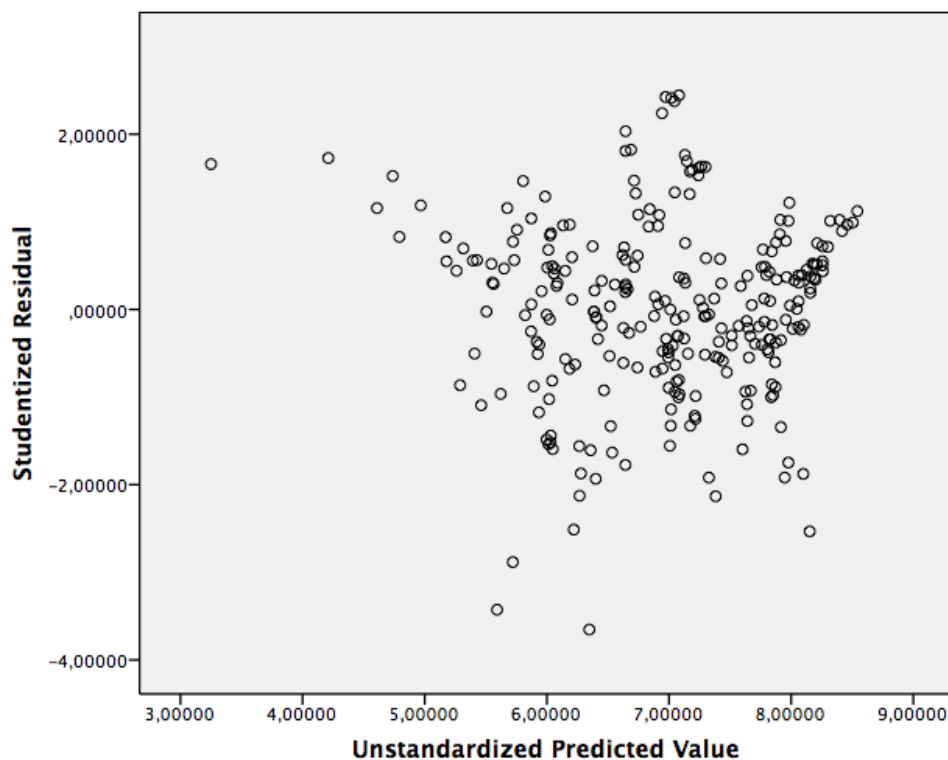
Teste de Normalidade

	Kolmogorov-Smirnov			Shapiro-Wilk		
	Estatística	df	Sig.	Estatística	df	Sig.
Resíduos não padronizados	,050	267	,200*	,989	267	,035

Fonte: Dados da pesquisa

No teste de homocedasticidade por meio do gráfico de dispersão entre os resíduos padronizados e os valores previstos, a distribuição apresenta bom padrão, o que significa que o modelo de regressão assumido é uma representação adequada da relação entre as variáveis. O gráfico 2 demonstra essa relação.

Gráfico 2: Gráfico de dispersão entre os resíduos padronizados e os valores previstos



Studentized Residual: Resíduos Padronizados (tradução livre)
Unstandardized Predicted Value: Valores Previstos (tradução livre)

Fonte: Dados da pesquisa

Por fim, o melhor modelo foi concebido. As estratégias adotadas obedeceram aos critérios para manter a regressão linear múltipla precisa. Verificando-se a tabela da distribuição F, demonstrado pelo quadro 12, observou-se que o modelo proposto apresenta significância estatística de 0,000 para um nível de confiança de 99,0%, no qual se afirma que as variáveis independentes determinadas pelo modelo são significantes para explicar o comportamento do valor adicionado.

Quadro 12: ANOVA

ANOVA ^a						
Modelo		Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	F	Sig.
1	Regressão	220,448	5	44,090	104,958	,000 ^b
	Resíduo	109,638	261	,420		
	Total	330,086	266			

a. Variável Dependente: LOG_VAD

b. Preditores: (Constante), LOG_QCA, MO, MB, LS, GA

Fonte: Dados da pesquisa

Enquanto o quadro 13 resume o modelo proposto e por meio desse podemos interpretar como a porção da variabilidade na variável dependente que pode ser explicada pela equação de regressão múltipla. No modelo estudado, a porcentagem de variação no LOG_VAD é resultante do R^2 , ou seja, do coeficiente de determinação do modelo que pode ser explicada pela equação da regressão é de 66,8%.

Quadro 13: Resumo do modelo Proposto

Resumo do Modelo^b

Modelo	R	R ²	R ² Ajustado	Erro Padrão
1	,817 ^a	,668	,661	,64813

a. Preditores: (Constante), LOG_QCA, MO, MB, LS, GA

b. Variável Dependente: LOG_VAD

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se que, das cinco variáveis independentes inseridas no modelo, todas possuem sig. inferior a 0,01, comprovados no quadro 14, o que demonstra que são significantes e contribuem para explicar a variável dependente LOG_VAD.

Quadro 14: Resultado da regressão linear múltipla

Coefficientes^a

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Erro Padrão	Beta		
1 (Constante)	5,026	,202		24,853	,000
MB	-1,114	,323	-,125	-3,453	,001
MO	1,815	,565	,118	3,214	,001
LS	-,124	,040	-,115	-3,090	,002
GA	-,117	,021	-,222	-5,696	,000
LOG_QCA	,875	,055	,633	15,856	,000

a. Variável Dependente: LOG_VAD

Fonte: Dados da pesquisa.

A primeira variável independente é a Margem Bruta (MB), resultante da relação entre a sobras brutas e as vendas líquidas, classificada como um indicador econômico. Observa-se que o LOG_VAD e a variável MB se mostram significantes

na regressão, com sig. 0,001. A variável encontra-se relacionada negativamente com o Valor Adicionado, considerando que a alteração de uma unidade no valor da variável MB resulta em uma variação de -1,114 no LOG_VAD.

Entretanto, ao analisar os indicadores econômicos e financeiros da amostra, notou-se que a variação sofrida entre o menor e o maior indicador geralmente não ultrapassava 2,0, como no caso da Margem Bruta que a variação foi de 0,91. Optou-se assim, por analisar os resultados da regressão com um acréscimo de 0,01 nas variáveis independentes.

A Margem Bruta (MB), por estar relacionada negativamente com o LOG_VAD, quando ocorre o acréscimo de 0,01 na MB, reduz o LOG_VAD em 0,01114. Essa alteração faz com que o resultado da equação de regressão seja 5,01526. Porém, esse resultado ainda está em logaritmo base 10 do Valor Adicionado que precisa ser transformado em número natural, calculando 10 a potência de 5,01526. Do resultado analisamos a diferença percentual entre o valor adicionado e a variável MB, de modo que cada aumento decimal (0,01) na margem bruta resultaria na redução de 2,53% no valor adicionado da cooperativa.

Na sequência, temos a Margem Operacional (MO), resultado da divisão entre as sobras operacionais e as vendas líquidas, assim como a margem bruta, também classificada como um indicador econômico e significativa na regressão, com sig. 0,001. Entretanto essa variável independente se mostrou relacionada positivamente com o Valor Adicionado, evidenciando que cada acréscimo decimal (0,01) na margem operacional aumenta 4,27% no valor adicionado.

Já a variável Liquidez Seca (LS), classificada como um indicador financeiro e composta pela relação entre o ativo circulante, contém os direitos de curto prazo sem considerar os estoques das cooperativas, e o passivo circulante, composto pelas obrigações de curto prazo. Mesmo sendo um indicador interpretado como quanto maior, melhor para o Valor Adicionado, a relação encontrada é negativa, demonstrando que cada aumento decimal (0,01) na liquidez seca reduz o valor adicionado em 0,28%.

Essa redução, poderia ser resultado de o indicador desconsiderar os estoques no resultado, sendo que em uma sociedade cooperativa, os estoques geralmente pertencem ao cooperado. Analisando os relatórios fornecidos pela OCEPAR, os casos onde os estoques fazem parte da sociedade cooperativa,

normalmente refere-se a produtos industrializados pela cooperativa para agregar valor de mercado.

Porém não se pode afirmar que quanto menor for a liquidez seca da cooperativa, melhor será sua situação, pois como esse indicador trata da situação financeira, reduzir as disponibilidades de curto prazo e aumentar as dívidas, também de curto prazo, poderia prejudicar a situação financeira da cooperativa. Nesse sentido, nota-se que no resultado da regressão linear múltipla apresentada, o percentual de variação do valor adicionado em consequência da diminuição da liquidez seca é relativamente baixo se comparado com as variações dos outros indicadores.

Na sequência, temos o Giro do Ativo (GA), indicador econômico que é resultado da divisão entre as vendas líquidas e o ativo médio total. Esta busca demonstrar a relação entre as vendas e os investimentos realizados pela cooperativa no período. Essa variável está relacionada com o Valor Adicionado significativamente com um sig. 0,000, porém apresenta uma influência negativa. Para essa variável, cada acréscimo decimal (0,01) no Giro do Ativo (GA), reduz em 0,27% no valor adicionado.

Nesse sentido, podemos afirmar que não somente um aumento nas vendas líquidas das cooperativas seria necessária para aumentar o valor adicionado, como resultou na pesquisa de Pinto (2014). Pois o acréscimo nas vendas líquidas influenciaria em três dos indicadores presentes na regressão: MB, MO e GA, sendo que a margem bruta (MB) e o giro do ativo (GA) têm influência negativa: a MB com redução de 2,53% e o GA que reduz 0,27% o valor adicionado.

Entretanto a margem operacional (MO), com sua influência positiva de 4,27%, demonstra que deve haver uma administração eficaz das despesas operacionais das cooperativas, pois a redução das despesas operacionais aumenta a margem operacional, e essa não tem influência nos demais indicadores.

Foi também inserida no modelo a quantidade de cooperados ativos, por meio de logaritmo base 10. Isso foi necessário para resolver o problema de heterocedasticidade que estava influenciando na falta de normalidade dos resíduos, e este também apresentou significância, com sig. 0,000. Essa variável se mostrou relacionada com o valor adicionado de maneira positiva, e após a transformação, tanto do logaritmo base 10 do Valor Adicionado, quanto do logaritmo base 10 da quantidade de cooperados ativos, pode-se afirmar que a cada acréscimo de uma

unidade no LOG_QCA representa uma variação de 649,84% no valor adicionado. Entretanto para cada acréscimo de unidade no LOG_QCA, significa que a quantidade de cooperados ativos deve aumentar em 900%. Se for analisado em decimais, cada acréscimo de 0,01 no LOG_QCA representa uma variação do valor adicionado de 2,04%. Nesse caso, para cada acréscimo de 0,01 no LOG_QCA representa um aumento na quantidade de cooperados ativos de 2,33%.

O quadro 15 demonstra a transformação do LOG_QCA para o QCA e detalha a variação ocorrida nos casos descritos.

Quadro 15: Variação do QCA

LOG_QCA	QCA	Variação QCA
0,01	1,02	
0,02	1,05	2,33%
1,00	10,00	
2,00	100,00	900%
3,00	1.000,00	900%

Fonte: Dados da pesquisa

Enquanto o quadro 16 traz um resumo das variáveis incluídas no modelo, apresentando a transformação do logaritmo base 10 e a variação ocorrida em cada caso.

Quadro 16: Resumo do resultado da regressão

LOG_VAD		(Constante)	Variando MB	Variando MO	Variando LS	Variando GA	Variando LOG_QCA
(Constante)	5,026						
MB	-1,114	0	0,01	0	0	0	0
MO	1,815	0	0	0,01	0	0	0
LS	-,124	0	0	0	0,01	0	0
GA	-,117	0	0	0	0	0,01	0
LOG_QCA	,875	0	0	0	0	0	0,01
LOG_VAD		5,026411	5,015269	5,044560	5,025173	5,025238	5,035161
VAD		106.270,08	103.578,27	110.805,26	105.967,61	105.983,43	108.432,81
Variação VAD			-2,53%	4,27%	-0,28%	-0,27%	2,04%

Fonte: Dados da pesquisa

É válido ressaltar que o presente estudo se limitou a avaliar o desempenho econômico e financeiro das cooperativas agropecuárias do Estado do Paraná, com base em dados contábeis reais dos anos de 2011 a 2015, disponibilizado pela

OCEPAR. Pois, de acordo com Ludícubus (2014), os dados contábeis são uma das principais fontes de informação para a avaliação de desempenho nas organizações.

Assim como Pinto (2014) em sua pesquisa concluiu que as vendas líquidas têm relação positiva com o valor adicionado, nesse estudo as vendas líquidas estão inseridas em três indicadores dos cinco presentes na regressão. Mesmo que dois indicadores (MB e GA) estejam contribuindo negativamente para o valor adicionado, a contribuição positiva da MO supera essa queda.

Também, dentre as variáveis inseridas no modelo como indicadores de desempenho econômico e financeiro, Carvalho (2008) em sua pesquisa concluiu que a liquidez seca, giro do ativo e a margem operacional estão entre os indicadores indispensáveis para analisar o desempenho de cooperativas agropecuárias.

As cooperativas podem estabelecer um plano de ação para captação de novos cooperados e assim poderá aumentar o seu valor adicionado, conforme demonstra o presente estudo. Porém, quando a busca por novos cooperados não for o foco da cooperativa, a estratégia de fidelização de cooperados ativos seria válida, assim se manteria a estrutura da cooperativa e evitaria a redução do valor adicionado, podendo assim buscar outras formas que pudessem vir a impactar no resultado do valor adicionado.

Além da quantidade de cooperados ativos, outra forma de agregar ganhos ao valor adicionado, pode ser o aumento das vendas líquidas, pois ela está inserida em três das cinco variáveis encontradas no modelo, mesmo que duas delas tenham influência negativa, a variável margem operacional MO possui influência positiva que superou as demais, resultando em acréscimo do valor adicionado.

Entretanto o aumento na receita líquida é um fator muitas vezes alheio as vontades dos envolvidos. Há inúmeros fatores que podem contribuir para o seu aumento, como também há fatores que fogem ao controle fazendo possivelmente com que a receita sofra queda. Diante disso, pode-se trabalhar com uma política de crescimento e, em caso adverso, buscar uma saída que cause o menor impacto.

Por fim, a partir dos resultados desse estudo, as cooperativas agropecuárias poderão adotar políticas de redução das despesas operacionais, composta por despesas comerciais, de pessoal, administrativa, financeira, tributária, técnica, de depreciação e outras, resultando em um aumento nas sobras operacionais, que conseqüentemente aumenta a margem operacional, variável com maior impacto positivo no valor adicionado.

4.3 IMPLICAÇÕES GERENCIAIS DOS RESULTADOS OBTIDOS NA ANÁLISE

Como implicações gerenciais dos resultados obtidos pela análise dos indicadores econômicos e financeiros sugere-se que, para melhorar o desempenho do valor adicionado em uma cooperativa agropecuária (valor adicionado este que evidencia a riqueza gerada que será distribuída aos empregados, governo, financiadores do capital próprio e do capital de terceiros) o foco será captação de cooperados, o crescimento das vendas e a redução das despesas operacionais.

Como a Demonstração do Valor Adicionado faz parte do Balanço Social das empresas e busca demonstrar além do resultado financeiro das entidades, ela traz, em termos monetários a contribuição social para a comunidade que está envolvida.

Para as cooperativas agropecuárias que foram criadas com o intuito de trazer o bem-estar social e de agregar valor à produção do cooperado, justifica os esforços na busca por um valor adicionado maior, pois assim a cooperativa mostra aos interessados que está gerando riqueza para posterior distribuições aos agentes sócios-econômicos.

A análise constante dos indicadores econômicos e financeiros das cooperativas se mostra importante em um acompanhamento constante e uma busca por melhores resultados, para se manter competitiva em um mercado muito concorrente. Resultado esse que traz segurança ao cooperado, além da redução dos riscos financeiros e de imagem da cooperativa.

Os resultados da regressão linear múltipla do presente estudo podem servir de base para uma análise da cooperativa ao longo do tempo, buscando assim sempre uma melhora no valor adicionado.

O cooperado, em uma cooperativa agropecuária, está inserido em diversos cenários, ele é cliente, fornecedor, proprietário e ainda faz parte da comunidade em que a cooperativa está inserida. Portanto a cooperativa que busca gerar riqueza e reverter em benefícios ao cooperado e à comunidade precisa melhorar os resultados econômicos e financeiros e expor esses resultados a todos os agentes socioeconômicos por meio do valor adicionado, demonstrando seu compromisso social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa foi analisar a relação entre o valor adicionado e o desempenho econômico e financeiro das cooperativas agropecuárias do Estado do Paraná, tendo como base os dados contábeis dos anos de 2011 a 2015, por meio da técnica estatística de regressão linear múltipla.

O ramo do cooperativismo agropecuário foi escolhido para o desenvolvimento do presente estudo pela sua relevância no contexto econômico no Estado do Paraná, por serem entidades que representam quase um terço do setor cooperativista do Estado e que buscam agregar valor à produção, gerando maior renda aos produtores cooperados.

Como primeiro objetivo específico buscou-se analisar os modelos existentes de mensuração do valor adicionado que se adeque às necessidades das cooperativas agropecuárias. Nesse sentido encontra-se o estudo de Londero (2015) que propõe um modelo para obtenção do valor adicionado nas cooperativas, que poderia ser calculado por formação ou por distribuição.

Ambas equações, resultado do estudo de Londero (2015), foram aplicadas para as cooperativas no presente estudo, em todos os meses do período de 2011 a 2015. O valor adicionado por formação e o valor adicionado por distribuição obtiveram o mesmo valor adicionado o que valida o resultado.

Na sequência, a proposta foi verificar os indicadores econômicos e financeiros presentes na literatura e indicar quais são relevantes para na avaliação de desempenho das cooperativas agropecuárias. Para responder esse objetivo, poucos parâmetros foram encontrados na literatura. Nesse sentido optou-se por basear-se nas pesquisas de Carvalho (2008), Pinto (2014) e Lauermann (2016).

Os indicadores utilizados em ao menos dois dos três estudos citados passaram a fazer parte da base de indicadores inicial do presente estudo e foram classificados como indicadores financeiros de estrutura, de liquidez e indicadores econômicos.

Após a seleção dos doze indicadores econômicos e financeiros, estes foram calculado com base nos dados contábeis disponibilizados pela OCEPAR, em todos os meses para as 64 cooperativas que faziam parte da amostra, tanto as singulares, como as centrais. A quantidade de cooperados ativos mostrou-se de grande importância para a pesquisa de Pinto (2014), e também foi inserida no modelo.

Por fim buscou-se identificar a relação entre o valor adicionado e o desempenho econômico e financeiro das cooperativas agropecuárias no Paraná por meio da regressão linear múltipla. Após realizados os testes de multicolinearidade e heterocedasticidade, resultou no modelo a liquidez seca como indicador econômico, o giro do ativo, margem bruta e margem operacional como indicadores financeiros, além da quantidade de cooperados ativos.

Os indicadores econômicos que fizeram parte do modelo (giro do ativo, margem bruta e margem operacional) sofrem influência das vendas líquidas. Analisando essa influência, conclui-se que o acréscimo nas vendas líquidas terá relação positiva com o valor adicionado, pois, mesmo que dois indicadores apresentem relação negativa, a margem operacional supera esse resultado.

Tal resultado já era esperado, de modo que quanto maior as vendas líquidas, espera-se que a cooperativa gere um maior valor adicionado para ser distribuídos entre empregados, governo, financiadores do capital próprio e do capital de terceiros.

A variável com maior influência positiva no modelo de regressão proposto foi a margem operacional, que é resultado da relação entre as sobras operacionais e as vendas líquidas. A partir disso, pode-se afirmar que a redução das despesas operacionais da cooperativa resultaria em aumento na margem operacional, e conseqüentemente acréscimo ao valor adicionado.

A quantidade de cooperados ativos também foi inserida no modelo e apresentou relação positiva com o valor adicionado. Já era esperado também que o fato da cooperativa crescer em quantidade de cooperados, aumenta a produção de seus produtos e serviços e, em conseqüência, aumenta as vendas líquidas, que influencia em outras variáveis do modelo, gerando cada vez mais valor adicionado para a cooperativa.

Pode-se concluir que quanto maior for o valor adicionado de uma cooperativa, mais recursos terá para distribuir entre seus agentes socioeconômicos: empregados, governo, financiadores do capital próprio e do capital de terceiros. Para as cooperativas agropecuárias, os cooperados estão inseridos como financiadores do capital próprio e do capital de terceiros.

Como limitação do presente estudo, afirma-se que como a pesquisa foi realizada apenas nas cooperativas agropecuárias do Estado do Paraná, os

resultados não podem ser generalizados para todos os Estados, pois cada região do país tem suas influências no agronegócio.

No mesmo sentido, esse estudo limitou-se a apresentar os resultados do ramo agropecuário, não podendo os resultados serem generalizados para os demais ramos do cooperativismo.

Como sugestão para futuras pesquisas, é possível refletir acerca de um estudo de caso em uma cooperativa agropecuária ao longo do tempo, para avaliar se as medidas adotadas para o aumento do valor adicionado trariam os resultados esperados.

Outra sugestão seria a aplicação desse estudo em cooperativas agropecuárias de outros Estados para assim avaliar se os impactos no valor adicionado estariam relacionados a outros indicadores, demonstrando assim as características para cada região do país.

Sugere-se, por fim, a aplicação do estudo nos demais ramos do cooperativismo, buscando indicadores adequados a cada ramo e, após aplicar a técnica estatística, analisar se os resultados são equivalentes ou se cada ramo apresenta características distintas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Marleide F.; LOTUFO, Anna Diva P.; LOPES, Mara Lúcia M. Seleção de variáveis stepwise aplicadas em redes neurais artificiais para previsão de demanda de cargas elétricas. **Proceeding Series of the Brazilian Society of Computational and Applied Mathematics**, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://www.sbai2013.ufc.br/pdfs/5928.pdf>> Acesso em: 07 mar. 2017.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**: em enfoque econômico-financeiro. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BIALOSKORKI NETO, Sigismundo. **Economia e Gestão de Organizações Cooperativas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BIALOSKORKI NETO, Sigismundo; NAGANO, Marcelo Seido; MORAES, Marcelo Botelho da Costa. Utilização de redes neurais artificiais para avaliação socioeconômica: uma aplicação em cooperativas. **Revista de Administração (USP)**, São Paulo, v.41, n.1, p.59-68, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rausp/article/view/44374>> Acesso em: 9 mai. 2017.

BRASIL. Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília (DF). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm> Acesso em: 2 mai. 2017.

_____. Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. **Diário Oficial da União**, Brasília (DF). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm> Acesso em: 2 mai. 2017.

_____. Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2008. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Diário Oficial da União**, Brasília (DF). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm> Acesso em: 8 mai. 2017.

CARVALHO, José Ribamar Marques de; SANTOS, Walmark Clay dos; RÊGO, Thaiseany de Freitas. Uma Análise dos Fatores de Desempenho Financeiro: O Caso das Lojas Americanas S.A. **Qualitas Revista Eletrônica**, Campina Grande (PB), v.9, n.1, 2010. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/541/409>> Acesso em: 2 mai. 2017.

CARVALHO, Flavio Leonel de. **Indicadores de avaliação de desempenho das cooperativas agropecuárias**: um estudo em cooperativas paulistas. 2008. 115 f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CASA NOVA, Silvia Pereira de Castro. **Utilização da análise por envoltória de dados (DEA) na análise de demonstrações contábeis**. 2002. 350 f. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento técnico CPC 09 – NBC TG 09: Demonstração do Valor Adicionado**. Brasília, 30 de outubro de 2008. Disponível em:
<http://static.cpc.meddiagroup.com.br/Documentos/175_CPC_09.pdf> Acesso em: 06 mar. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução CFC nº 1.138** de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Diário Oficial da União, Brasília (DF). Disponível em:
<www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1138.doc> Acesso em: 1 mai. 2017.

COSENZA, José Paulo. A eficácia informativa da demonstração do valor adicionado. **Revista de Contabilidade & Finanças (USP)**, São Paulo, v.14, n.spe, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772003000400001> Acesso em: 8 mai. 2017.

COSTA, Luciano de Souza. O cooperativismo: uma reflexão teórica. **Ciências Sociais em Perspectiva** 6.11 (2008): 55-64. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/1500>> Acesso em: 07 mai. 2017.

CRUZ, June Alisson Westarb; ANDRICH, Emir Guimarães; MUGNAINI, Alexandre. **Análise das Demonstrações Financeiras: Teoria e Prática**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2012.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves; RIBEIRO, Maisa de Souza; SANTOS, Ariovaldo. A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. **Revista de Contabilidade & Finanças (USP)**, São Paulo, v.16, n.37, 2005. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772005000100001> Acesso em: 8 mai. 2017.

FAVERO, Luiz Paulo, et al. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FERREIRA, Marco Aurélio Marques; BRAGA, Marcelo José. Diversificação e competitividade nas cooperativas agropecuárias. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba (PR), v.8, n.4, 2004. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-6552004000400003> Acesso em: 8 mai. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GIMENES, Régio Marcio Toesca; SOUSA, Almir Ferreira de; GIMENES, Fátima Maria Pegorini. Um Ensaio Sobre o Desempenho Econômico de Cooperativas

Agropecuárias a partir do Economic Value Added. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia (MG), v.21, n.2, 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/1564/1390>> Acesso em: 8 mai. 2017.

GONÇALVES, Cesar Schmidt. **Uma Contribuição à Estrutura dos Procedimentos e Demonstrações Contábeis das Cooperativas**: Aplicação em uma Cooperativa de Trabalho. 2003. 179 f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BRENDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 2009

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Agência Brasil. Disponível em < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-09/ibge-pib-cresce-02-no-2o-trimestre-e-chega-r-16-trilhao>> Acesso em 04 nov. 2017

INTERNATIONAL CO-OPERATIVE ALLIANCE - ICA. Co-operative identity, values & principles. Disponível em: <<http://ica.coop/en/whats-co-op/co-operative-identity-values-principles>> Acesso em 29 abr. 2017.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Teoria da Contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Análise de Balanços**. 10. ed. 6. reimpres. São Paulo: Atlas, 2014

IUDÍCIBUS, Sérgio de. et al. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades, de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

LAUERMANN, Gerson José. **Análise de Desempenho em Cooperativas Agropecuárias: Avaliação das Perspectivas Econômico-Financeiras e Econômico-Sociais**. 2016. 122 f. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2016.

LAUERMANN, Gerson José; MOREIRA, Vilmar Rodrigues; SOUZA, Alfredo Kugeratski. **Análise, aplicação e importância do desempenho econômico-financeiro para o crescimento e fortalecimento do sistema cooperativista**: o caso do programa de autogestão das cooperativas do Paraná. Goiânia: Sober, 2014. Disponível em: <<http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.4/1/3085.pdf>> Acesso em: 13 abr. 2017.

LONDERO, Paola Richter. **Demonstração do Valor Adicionado como instrumento de evidenciação do impacto econômico e social das cooperativas agropecuárias**. 2015. 262 f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

LOPES, Alessandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da Contabilidade**: Uma nova Abordagem. São Paulo: Atlas, 2005.

LUCA, Márcia Martins Mendes de. **Demonstração do valor adicionado**: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. 2. ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, Jose Carlos **Análise das Demonstrações Contábeis**: contabilidade empresarial. 4. ed, São Paulo: Atlas, 2009

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MATARAZZO, Dante Carmine; PESTANA, Armando Oliveira. **Análise Financeira de Balanços**: abordagem básica e gerencial. 5. ed, São Paulo: Atlas, 2010

MOREIRA, Vilmar Rodrigues; KURESKI, Ricardo; VEIGA, Claudimar Pereira da. Assessment of the economic structure of Brazilian agribusiness. **The Scientific World Journal**, v. 2016, 2016. Disponível em:
<<https://www.hindawi.com/journals/tswj/2016/7517806/>> Acesso em: 18 jul. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS NO BRASIL - OCB. Biblioteca. Disponível em
<<http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/servicos/biblioteca.asp?CodPastaPai=4>>
Acesso em 29 abr. 2017

_____. Movimento livre da influência do Estado. Disponível em
<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/evolucao_no_brasil.asp> Acesso em 29 abr. 2017

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ - OCEPAR. O Cooperativismo no Paraná e o Sistema Ocepar. Disponível em
<<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-42-54>> Acesso em 29 abr. 2017

PINTO, Anelise Krauspenhar. **A Relação entre a Riqueza Criada e o Desempenho Econômico-Financeiro das Cooperativas Agropecuárias Brasileiras**. 2014. 147f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

PRESNO, Nora. As cooperativas e os desafios da competitividade. **Estudos Sociedade e Agricultura** 1 (2001). Disponível em:
<<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/201/197>> Acesso em: 01 mar. 2017.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração Contábil do Valor Adicionado**: como elaborar e analisar a DVA. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo; MARTINS, Marco Antônio. **Fundamentos de análise das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2006.

SCARPIN, Jorge Eduardo. et al. Valor Adicionado e Lucratividade das Empresas Listadas na Revista Exame Maiores e Melhores no Período de 2007-2010. **Anais do XXXVI Encontro da ANPAD**. 2012, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_CON1956.pdf> Acesso em: 9 mai. 2017.

SILVA, José Pereira da. **Análise Financeira das Empresas**. 5. ed. São Paulo, Atlas, 2001

SILVA, Edna Lucia; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SWEENEY, Dennis J.; WILLIAMS, Thomas Arthur; ANDERSON, David Ray. **Estatística Aplicada à Administração e Economia**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balço social e o relatório da sustentabilidade**. São Paulo, Atlas, 2010

WEBER, Josiane; MORGAN, Andressa; WINCK, César Augustus. Análise da Competitividade de uma Cooperativa Agroindustrial do Oeste Catarinense. **Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, v. 2, n. 1, p. 90-104, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.unesc.net/RDSD/article/view/2655/2474>> Acesso em: 04 jul. 2017.